

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 123/2024
Data: 05/11/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
DESCONTOS EM TARIFAS NO PORTO DE SANTOS INCENTIVAM CRUZEIROS NO LITORAL DE SÃO PAULO	4
COMEÇA CONSULTA SOBRE ARRENDAMENTO DE TERMINAL QUE TERÁ MAIS DE R\$ 41 MILHÕES EM INVESTIMENTOS	6
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	6
AGÊNCIA DEFINE DATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O ARRENDAMENTO DO TERMINAL SSB01	6
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	7
MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ANUNCIA PROGRAMA PARA A MELHORIA DA EXPERIÊNCIA DE VIAGEM PARA PASSAGEIROS COM TEA	7
BE NEWS – BRASIL EXPORT	8
EDITORIAL – UM PLANO PARA O FUTURO DA AVIAÇÃO ESTADUAL	8
NACIONAL - HUB – CURTAS - TRAFICANTES PREFEREM UTILIZAR INFRAESTRUTURA BRASILEIRA, DIZ MINISTRO DOS TRANSPORTES	9
<i>Reconhecimento indevido 1</i>	9
<i>Reconhecimento indevido 2</i>	9
<i>Crédito para indústria 1</i>	9
<i>Crédito para indústria 2</i>	10
NACIONAL - AZUL RETOMA PARTICIPAÇÃO NA ABEAR E REFORÇA ALIANÇA COM GRANDES DO SETOR AÉREO	10
NACIONAL - IMPASSE SALARIAL LEVA AUDITORES DA RECEITA A PARALISAR ATIVIDADES NO PAÍS	11
REGIÃO NORDESTE - ANTT ABRE CONSULTA PÚBLICA SOBRE CONCESSÃO DA BR-101 ENTRE ES E BA.....	11
NACIONAL - APROVAÇÕES DO BNDES EM INFRAESTRUTURA ATINGEM R\$ 78 BI EM 18 MESES	12
REGIÃO SUDESTE - “SUSTENTÁVEL”, FENATRAN ABRE 24ª EDIÇÃO EM SÃO PAULO	13
REGIÃO SUL - SANTA CATARINA LANÇA PLANO PARA MODERNIZAR REDE DE AEROPORTOS ATÉ 2044.....	14
REGIÃO SUDESTE - DELEGACIA DE ATENDIMENTO AO TURISTA É REINAUGURADA NO PORTO DE SANTOS.....	15
BRASIL EXPORT - MISSÃO BRASIL EXPORT AVALIA TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS NO TERMINAL DE GÊNOVA	16
BRASIL EXPORT - SANTOS E GUARUJÁ BUSCAM INSPIRAÇÃO EM GÊNOVA PARA INTEGRAÇÃO PORTO-CIDADE	18
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - REENCONTRO COM GÊNOVA, DOS VULTOS À REINVENÇÃO.....	19
BAHIA ECONÔMICA - BA	20
PACOTE DE CORTE DE GASTOS SERÁ APRESENTADO A MINISTÉRIOS NESTA TERÇA.....	20
KAMALA VS TRUMP: NORTE AMERICANOS DECIDEM HOJE SEU PRÓXIMO PRESIDENTE; SAIBA DETALHES.....	20
EIXOS – NOTÍCIAS DE ENERGIA E POLITICA	22
TARCÍSIO COBRA AVANÇO NO PL DO DEVEDOR CONTUMAZ E DIZ QUE ETANOL ESTÁ NA ROTA DO CRIME	22
NORUEGA NÃO LEVARÁ MINERAÇÃO DO FUNDO DO MAR AO G20, DIZ CÔNSUL	24
JORNAL O GLOBO – RJ	25
PACHECO DIZ QUE REFORMA TRIBUTÁRIA SERÁ VOTADA NOS PRIMEIROS DIAS DE DEZEMBRO E PEDE 'COMPROMISSO'	25
HADDAD VOLTA A SE REUNIR COM MINISTROS PARA DISCUTIR CORTE DE GASTOS.....	26
LULA DEIXA MINISTROS DE SOBREVISO PARA NOVA REUNIÃO SOBRE CORTE DE GASTOS, E RUI COSTA VAI RECEBER TITULARES DE ÁREAS SOCIAIS	27
PETRÓLEO PODE DESBANCAR SOJA E LIDERAR EXPORTAÇÕES NESTE ANO	28
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	29
ANTT CONCEDE FERROVIA PARA O GRUPO CEDRO, MAS MRS VAI À JUSTIÇA PARA GARANTIR DIREITO DE PREFERÊNCIA.....	29
COM RECEITA DE R\$ 250 MILHÕES, GLOBALFRUIT DOBRA CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO	31
FAZENDA DIZ QUE MAIS MINISTÉRIOS SERÃO CHAMADOS NESTA TERÇA PARA OPINAR SOBRE CORTE DE GASTOS	32
QUAL SERÁ O PRIMEIRO PASSO DAS EMPRESAS NO MERCADO REGULADO DE CARBONO? PROJETO PODE SER VOTADO HOJE... ..	33
CORTE DE GASTOS: O QUE É ARCABOUÇO FISCAL? ENTENDA	36
VALOR ECONÔMICO (SP)	37
INCERTEZAS NA CHINA DEVEM TRAZER PEQUENA QUEDA NOS PREÇOS DA CELULOSE DE FIBRA CURTE NO 4º TRI, DIZ KLABIN.....	37
GOVERNO QUER MAIS CAPITAL PRIVADO NAS CONCESSÕES	39
PORTAL PORTOS E NAVIOS	40
ANTAQ AUTORIZA TERCEIRIZAÇÃO E LOCAÇÃO EM TUPS.....	40
HIDRELÉTRICA DE ÍTATINGA CONQUISTA LICENÇA DE REGULARIZAÇÃO	41
BNDES LANÇA EDITAL PARA PLANEJAMENTO ESPACIAL MARÍTIMO DA REGIÃO NORTE	41
CHEVRON MARINE LUBRICANTS EXPANDE FORNECIMENTO PARA ÁFRICA DO SUL.....	42



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 123/2024
Página 3 de 43
Data: 05/11/2024
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

DROSI MARINE: TRANSFORMANDO A GESTÃO MARÍTIMA COM EXPERTISE E EFICIÊNCIA	42
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	43
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	43



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

DESCONTOS EM TARIFAS NO PORTO DE SANTOS INCENTIVAM CRUZEIROS NO LITORAL DE SÃO PAULO

Iniciativa da Autoridade Portuária é elogiada pelo setor

Por Bárbara Farias



Segundo a administração portuária, os descontos para navios de cruzeiros foram renovados e já estão em vigor desde o último dia 17 (Alexander Ferraz/Arquivo AT)

O desconto de até 60% em tarifas portuárias para navios de cruzeiros é um incentivo às empresas que usam a estrutura do Porto de Santos, avalia o setor. A temporada 2024/2025 começa na sexta-feira.

Para o presidente da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Clia Brasil), Marco Ferraz, a “iniciativa se alinha ao nosso objetivo de promover um ambiente mais competitivo e acessível para o turismo marítimo, ampliando a presença de cruzeiros na região e consolidando o Porto de Santos como um dos principais hubs de turismo marítimo na América do Sul”.

Ferraz observa ainda que incentivos ao desenvolvimento sustentável por meio de ajustes tarifários trazem “impacto positivo para a economia local, emprego e visibilidade internacional para o destino”.

Em nota, a MSC Cruzeiros informa que também aprova a renovação dos descontos tarifários. “Esperamos que ações como essa possam continuar a se desenvolver, incluindo outros portos e serviços operacionais, a fim de tornar o mercado brasileiro mais competitivo e atraente para as operações de cruzeiros”.

A armadora pontua que ainda existem desafios a serem superados e gargalos que dificultam a expansão das operações de cruzeiros no Brasil, “como a infraestrutura limitada e os altos custos operacionais, entre outros; e iniciativas como essa, devem servir de exemplo para outras áreas, serviços e portos com o objetivo de criar melhores condições para o contínuo desenvolvimento sustentável do setor no País e na região”.

Em nota, o Concais, arrendatário do Terminal Marítimo de Passageiros Giusfredo Santini, afirma que, embora o incentivo não impacte suas operações, reforça “o seu compromisso em fomentar o turismo marítimo em nossa região, apoiando e assistindo autoridades, armadores e todos os envolvidos no segmento de cruzeiros marítimos”.

A Costa Cruzeiros e o Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave) também foram consultados sobre as medidas, mas preferiram não se posicionar.

Como funciona

A Autoridade Portuária de Santos (APS) renovou as políticas de descontos tarifários para transatlânticos, válido para a temporada 2024/2025. A medida foi implementada no Porto de Santos em dezembro de 2023, com validade de um ano.

Segundo a administração portuária, os descontos para navios de cruzeiros foram renovados por meio da Portaria 144, de 4 de outubro de 2024, pelo prazo de 12 meses, e já estão em vigor desde o último dia 17.



Os descontos, que podem chegar a 60%, serão calculados pelo número de passageiros e por armador no final da temporada. Não haverá desconto para os armadores que tiverem menos de 10,4 mil passageiros em Santos no período.

Temporada

A temporada de cruzeiros 2024/2025 no Porto de Santos terá início na próxima sexta-feira e se estenderá até 20 de abril de 2025. O Terminal de Passageiros Giusfredo Santini receberá 14 navios, que realizarão 152 escalas, sendo sete embarcações regulares e sete de trânsito de turistas estrangeiros.

Entre os transatlânticos estão os da MSC: Seaview (o mais frequente, com 40 visitas), Grandiosa, Armonia, Orchestra e Splendida. Já da Costa Cruzeiros serão o Costa Pacífica e o Diadema. Passarão por Santos outros sete navios exclusivamente de trânsito, com turistas estrangeiros.

A expectativa do terminal de passageiros é movimentar cerca de um milhão de passageiros entre embarques, desembarques e turistas em trânsito, alcançando esse marco pela segunda temporada consecutiva.

A chegada do Seaview, com capacidade para mais de 5 mil passageiros, na sexta-feira, abre a temporada. O último a atracar será o Costa Diadema, em 20 de abril de 2025.

Cargueiros também recebem benefício

Os abatimentos para embarcações cargueiras verdes vigoram desde dezembro de 2023 e a expectativa da gestora do cais santista é renová-los no mês que vem. Neste caso, o desconto é baseado em indicadores de eficiência e sustentabilidade.

A aferição do índice de diversificação da matriz energética deve ser protocolada junto à APS até 31 de dezembro, para que possa ser considerado a partir de 1º de março de 2025.

“É uma iniciativa que atende ao pedido do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho”, afirmou o presidente da APS, Anderson Pomini, esclarecendo que o incentivo foi determinado Governo Federal com a finalidade de gerar emprego e renda na região.

De acordo com a Autoridade Portuária, os descontos tarifários foram autorizados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), “visando incentivar o uso racional da infraestrutura portuária, com o objetivo de elevar o Porto de Santos a patamares internacionais de qualidade e segurança, em alinhamento à estratégia da empresa”.

Em relação aos navios verdes, a gestora informou que o incentivo se reverte na melhoria da qualidade de áreas portuárias, reduz custos e possibilita melhor alocação dos recursos próprios. Além disso, vai ao encontro da “Iniciativa Estratégica da APS de monitorar e minimizar o impacto das atividades portuárias nas mudanças climáticas, fomentar políticas de melhoria da eficiência energética e estímulo a novas fontes de geração de energia, e adaptação às mudanças do clima”.

Uso da infraestrutura

Para uso do canal de acesso, pode ser aplicado o desconto de 4%, 8% ou 12%, dependendo da pontuação que a embarcação recebe da International Association of Ports and Harbours (IAPH) e do Environmental Ship Index (ESI), cujo critério é por menor emissão de gases de efeito estufa (GEE), metas de emissão zero de carbono e uso de energias renováveis.

Com relação à eficiência e sustentabilidade, o desconto é aplicado à cobrança de uso da infraestrutura terrestre do Porto, fixada por tonelada de mercadoria movimentada ou por contêiner movimentado.

O Índice de Eficiência e Sustentabilidade Portuária (IESP) da APS considera itens de regularidade contratual, critérios operacionais e ambientais.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 05/11/2024

COMEÇA CONSULTA SOBRE ARRENDAMENTO DE TERMINAL QUE TERÁ MAIS DE R\$ 41 MILHÕES EM INVESTIMENTOS

Terminal IQ16, no Porto do Itaqui, no Maranhão, é destinado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais

Por ATribuna.com.br



Terminal IQ16, no Porto do Itaqui, no Maranhão, é destinado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais (Divulgação)

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) iniciou nesta segunda-feira (4) a consulta pública para obter contribuições para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos à realização do arrendamento da área IQ16, no Porto do Itaqui (MA).

O terminal é destinado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente fertilizantes. A previsão de investimentos diretos no empreendimento é de R\$ 41,07 milhões.

A sessão pública virtual sobre a licitação vai acontecer no dia 21 de novembro de 2024 às 15 horas. A transmissão será realizada pelo canal da Antaq no YouTube. Não é necessária inscrição para assistir a audiência.

As minutas jurídicas e documentos técnicos relativos à consulta pública do arrendamento do terminal IQ16 estão disponíveis neste link.

O período para a realização das contribuições escritas vai até 2 de janeiro de 2025, exclusivamente por meio do formulário eletrônico.

Será permitido anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos exclusivamente através do e-mail: anexo_audiencia172024@antaq.gov.br mediante identificação do contribuinte. O envio do anexo em e-mail não dispensa o envio da contribuição por escrito no formulário eletrônico.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 05/11/2024



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

AGÊNCIA DEFINE DATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O ARRENDAMENTO DO TERMINAL SSB01



Localizado no Porto de São Sebastião (SP), o terminal terá sessão virtual no dia 18 de novembro, a partir das 10h

Foto: *Porto de São Sebastião (SP)*

Brasília, 05/11/2024 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) vai realizar a Audiência Pública nº 13/2024, que trata do aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos à realização de certame

licitatório para o arrendamento do terminal SSB01.



A sessão pública virtual sobre a licitação vai acontecer no dia 18 de novembro de 2024 a partir das 10h. A transmissão será realizada pelo canal da ANTAQ no YouTube. Não é necessária inscrição para assistir a audiência.

A área, localizada no Porto de São Sebastião (SP), é destinada à movimentação e armazenagem de grãos sólidos e cargas gerais e containerizadas. O prazo do arrendamento é de 35 anos e o investimento estimado é de R\$ 660 milhões.

Contribuições

As minutas jurídicas e documentos técnicos relativos à consulta pública do arrendamento do terminal SSB01 estão disponíveis neste link.

O período para a realização das contribuições escritas se estende até as 23h59 do dia 28 de novembro de 2024, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível no site da ANTAQ, não sendo aceitas contribuições enviadas por meio diverso.

Será permitido anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos exclusivamente através do email: anexo_audiencia132024@antaq.gov.br mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado neste aviso. O envio do anexo em email não dispensa o envio da contribuição por escrito no formulário eletrônico.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do formulário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral (SGE) desta Agência, em Brasília/DF, ou nas suas Unidades Regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no sítio da ANTAQ.

*Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ*

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 05/11/2024



Presidência da República

Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ANUNCIA PROGRAMA PARA A MELHORIA DA EXPERIÊNCIA DE VIAGEM PARA PASSAGEIROS COM TEA

Serão implementadas 20 salas até 2026, além de alterações de procedimentos e capacitação de profissionais do setor, com o objetivo de oferecer ambientes acolhedores e adaptados para passageiros neurodivergentes, especialmente com Espectro Autista

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) lançará, nesta terça-feira (5), o Programa de Acolhimento ao Passageiro com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos aeroportos brasileiros. O lançamento oficial do Programa será às 9h, na solenidade de abertura do Airport Nacional Meeting – ANM, evento promovido pela ABR - Aeroportos do Brasil, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), em Brasília. O tema do evento será: Aeroportos e Futuro Sustentável: da Visão para a Ação.

O Programa visa proporcionar uma melhor experiência nos aeroportos brasileiros aos passageiros neuro divergentes, especialmente com TEA, e seus familiares, por meio da:

a) implantação de salas multissensoriais que visam oferecer estímulos sensoriais (visuais, táteis e auditivos) para promover relaxamento, concentração e bem-estar e/ou implantação de salas de acomodação que visam proporcionar um ambiente tranquilo e acolhedor, com estímulos reduzidos para acolher passageiros durante momentos de crise;



b) Reavaliação humanizada de procedimentos para melhoria da experiência do passageiro com TEA, tanto em voo quanto em solo; e

c) Disponibilização de capacitação para os profissionais do setor, bem como promoção de conscientização e sensibilização dos demais passageiros e profissionais.

Ambos os espaços serão acessíveis a todas as faixas etárias e estarão disponíveis para passageiros com outras neurodivergências, garantindo um acolhimento inclusivo para todos.

Consoante dados de pessoas diagnosticadas com TEA e informações sobre a movimentação de passageiros, estima-se que, em média, 200 mil passageiros com Espectro Autista circulam todos os meses por aeroportos brasileiros.

O Programa de Acolhimento ao Passageiro com TEA resulta de um compromisso firmado entre o MPor e a Casa Civil, visando a instalação de 20 salas multissensoriais em aeroportos brasileiros até 2026, através do Programa de Governo “Viver sem Limites II”. Já está prevista a implementação de seis salas ainda no primeiro trimestre de 2025.

Vale recordar que as duas primeiras salas sensoriais em aeroportos foram instaladas em Florianópolis (SC) e Vitória (ES), pela Concessionária Zurich Airport, em uma iniciativa pioneira que inspirou o atual programa.

Serviço:

O que: Lançamento do Programa de Acolhimento ao Passageiro com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Quando: 5 de novembro de 2024

Horário: 9h

Local: Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), Brasília, no evento Airport Nacional Meeting – ANM

Transmissão online: Canal do Youtube da ABR – Aeroportos do Brasil @aeroportosdobrasil

Credenciamento-obrigatório: <https://www.symppla.com.br/evento/airport-national-meeting-2024/2572488>

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 04/11/2024



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – UM PLANO PARA O FUTURO DA AVIAÇÃO ESTADUAL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A apresentação do Plano Aeroviário de Santa Catarina (Paesc), realizada nessa segunda-feira, dia 4, em Florianópolis (SC), é uma importante etapa no desenvolvimento da economia estadual e de toda a Região Sul do Brasil. Com um olhar voltado para os próximos 20 anos, o documento traça um roteiro estratégico para a expansão da infraestrutura aeroportuária catarinense, alinhando-se às demandas de um mercado cada vez mais dinâmico e exigente.

O investimento de mais de R\$ 254 milhões em obras e serviços necessários para a modernização e ampliação dos aeroportos demonstra o compromisso do governo estadual em fortalecer o setor aéreo e impulsionar o desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina. Ao classificar os aeroportos de acordo com seu potencial e demanda, o Paesc permite que os investimentos sejam direcionados de forma mais eficiente, otimizando os recursos e maximizando os resultados.

A aviação civil desempenha um papel fundamental na integração regional, no desenvolvimento do turismo e na competitividade das empresas. Ao ampliar a conectividade aérea, Santa Catarina se



torna um estado mais atrativo para investimentos, gerando empregos e promovendo o crescimento econômico.

É importante destacar a importância da parceria entre o setor público e o privado nesse processo. A concessão dos aeroportos de Chapecó, Florianópolis, Joinville, Navegantes e Jaguaruna à iniciativa privada tem demonstrado a eficiência e a agilidade na gestão desses ativos. No entanto, é fundamental que o governo continue investindo em infraestrutura e em políticas públicas que estimulem o desenvolvimento do setor aéreo.

O Paesc representa um avanço significativo para o planejamento do transporte aéreo em Santa Catarina. Ao estabelecer metas claras e prazos definidos, o documento permite que os agentes públicos e privados acompanhem o progresso das ações e avaliem os resultados obtidos.

A expansão da malha aérea catarinense também traz desafios, como a necessidade de garantir a sustentabilidade ambiental e a segurança operacional. É fundamental que os investimentos em infraestrutura sejam acompanhados por medidas para reduzir o impacto ambiental da aviação e garantir a qualidade dos serviços prestados aos usuários.

O Paesc é um plano ambicioso e necessário para o desenvolvimento de Santa Catarina. Ao investir na infraestrutura aeroportuária, o estado está dando um passo importante para se tornar um hub de transportes e logística na região Sul do Brasil. A expansão da malha aérea trará benefícios para toda a sociedade, gerando empregos, impulsionando o turismo e fortalecendo a economia catarinense. É fundamental que o governo estadual continue trabalhando em parceria com o setor privado e com a sociedade civil para garantir a implementação desse importante plano.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2024

NACIONAL - HUB - CURTAS - TRAFICANTES PREFEREM UTILIZAR INFRAESTRUTURA BRASILEIRA, DIZ MINISTRO DOS TRANSPORTES

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

RECONHECIMENTO INDEVIDO 1

O ministro dos Transportes, Renan Filho, afirmou que os produtores de drogas da América do Sul preferem utilizar a infraestrutura de transportes do Brasil para escoar os entorpecentes para outros continentes, “porque os nossos portos e aeroportos são melhores”. A afirmação foi dada em uma entrevista à BBC News Brasil no final do mês passado, quando Renan estava em Londres, no Reino Unido, mas foi divulgada apenas nessa segunda-feira, dia 4.

RECONHECIMENTO INDEVIDO 2

Ao comentar os investimentos no Brasil, o ministro disse que a infraestrutura nacional é admirada por todos e atrai a atenção de traficantes e produtores de drogas de países vizinhos. “Somos um país que leva azar de estar ao lado dos grandes produtores de drogas do planeta. O Brasil não é produtor de drogas, não planta maconha, não planta cocaína. Mas é um grande consumidor de drogas, é o segundo maior mercado de drogas do mundo, atrás dos Estados Unidos. (...) E a droga inunda o Brasil por quê? Para acessar nossa infraestrutura para ir para o mundo, porque nossos portos e aeroportos são os melhores. Eles não mandam droga pelos portos da Argentina, (lá) não tem porto. Mandar drogas pelos portos brasileiros para cá (Europa) que também são grandes consumidores”, relatou.

CRÉDITO PARA INDÚSTRIA 1

Pela primeira vez, as operações de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a indústria superaram o agronegócio desde 2016. As aprovações do BNDES para a indústria representaram 27% do total de crédito do banco no acumulado do ano até setembro. O volume de crédito aprovado para agro representou 26% do total do BNDES no acumulado do ano.

CRÉDITO PARA INDÚSTRIA 2

Até setembro, o banco aprovou R\$ 154 bilhões para a Nova Indústria Brasil. Só em projetos de inovação foram R\$ 9 bilhões, o maior valor já registrado pela instituição até hoje. “Houve uma mudança na qualidade do crescimento do Brasil, liderado pela indústria e pelos investimentos. Temos um grande desafio coletivo de dar prosseguimento a esses indicadores tão promissores, que revelam a confiança no investimento e na expansão de capacidade produtiva, fruto de condições macroeconômicas favoráveis e de iniciativas como a Nova Indústria Brasil, que tem sido uma das grandes responsáveis por contribuir para o desenvolvimento de uma indústria digital, verde e exportadora”, afirmou o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 05/11/2024

NACIONAL - AZUL RETOMA PARTICIPAÇÃO NA ABEAR E REFORÇA ALIANÇA COM GRANDES DO SETOR AÉREO

CEOs das companhias associadas destacam a importância de enfrentar desafios e promover competitividade para o crescimento da aviação no Brasil

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A presidente da Abear, Jurema Monteiro, com os CEOs da Azul, John Rodgerson, da Gol, Celso Ferrer, e da Latam, Jerome Cadier: “Oportunidade para construção de uma agenda”

A Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) anunciou na segunda-feira (4) o retorno da Azul Linhas Aéreas ao seu quadro de associadas. Ao longo dos últimos anos, a indústria da aviação viveu a maior crise da sua história e, para a entidade, o anúncio consolida o trabalho desenvolvido pelo setor no sentido de fortalecer e unir as empresas com a perspectiva de implementação de uma agenda de longo prazo.

“O retorno da Azul ao quadro de empresas associadas é uma oportunidade para a construção de uma agenda de longo prazo que contemple medidas estruturantes para melhorar o ambiente de negócios do setor, aumentar a competitividade e democratizar o transporte aéreo no país”, afirmou Jurema Monteiro, presidente da Abear.

Hoje, a aviação comercial vive um momento de retomada, com a expansão da oferta e da demanda tanto no mercado doméstico quanto no internacional. Em 2023, o modal aéreo transportou cerca de 112 milhões de passageiros, um aumento de 15% em relação a 2022, o que evidencia a recuperação após a pandemia.

“O setor aéreo brasileiro tem diversos desafios únicos que debatemos como setor, sobretudo, a excessiva judicialização, a desvalorização cambial e o alto preço do QAV. Acreditamos que, juntos, avançaremos mais rapidamente com as principais pautas que contribuirão para que a aviação comercial brasileira siga em crescimento”, destacou John Rodgerson, CEO da Azul.

“Voltar a ter as três maiores companhias aéreas que operam no Brasil participando da Abear nos fortalece como indústria e colabora para que os temas do transporte aéreo sejam tratados num fórum ainda mais completo. A importância e a contribuição das companhias aéreas são essenciais para o desenvolvimento do nosso país e juntos podemos endereçar a agenda do setor de forma ainda mais efetiva e eficiente”, ressaltou Celso Ferrer, CEO da Gol.

“As empresas representadas pela Abear têm o mesmo objetivo: desenvolver um setor forte e saudável. Uma atuação mais coesa do setor pode acelerar este desenvolvimento”, disse Jerome Cadier, CEO da Latam.

Com a oportunidade de ampliação do mercado, o crescimento do setor aéreo brasileiro depende da superação de gargalos e desafios históricos, como expansão da infraestrutura, redução de custos, segurança jurídica e alinhamento às melhores práticas internacionais.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 05/11/2024

NACIONAL - IMPASSE SALARIAL LEVA AUDITORES DA RECEITA A PARALISAR ATIVIDADES NO PAÍS

Movimentação nas aduanas será reduzida duas vezes por semana em protesto por reajuste de vencimentos

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

Os auditores-fiscais da Receita Federal de todo o país decidiram em Assembleia Nacional acirrar a mobilização pelo reajuste do vencimento básico e, por isso, paralisarão suas atividades todas as terças e quartas-feiras do mês de novembro. A paralisação atinge as aduanas, incluindo o Porto de Santos (SP), e a Zona Secundária (relacionada à arrecadação de impostos), e começa a partir desta terça-feira (5).

Os auditores-fiscais vêm demonstrando descontentamento desde setembro, quando realizaram operação-padrão nas aduanas e dias sem computador na zona secundária. Em outubro, as paralisações ocorreram nos dias 16, 23, 29 e 30.

A categoria alega que houve quebra de acordo por parte do Governo Federal que, em abril, teria se comprometido a instalar mesa de negociação específica para tratar da reposição pela inflação dos vencimentos da categoria.

Em 4 de julho, o Sindifisco Nacional (sindicato que representa a categoria) disse ter sido surpreendido com um ofício enviado pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) informando que não mais seria instalada a mesa de negociação.

Desde então, diversas reuniões envolvendo sindicato, administração da Receita Federal e MGI já aconteceram, mas até o momento não houve acordo.

Nos dias de paralisação, cargas vivas, perigosas, perecíveis, medicamentos e alimentação de bordo continuarão sendo liberadas normalmente no Porto de Santos.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 05/11/2024

REGIÃO NORDESTE - ANTT ABRE CONSULTA PÚBLICA SOBRE CONCESSÃO DA BR-101 ENTRE ES E BA

Via tem 478 km e passa entre os estados do Espírito Santo e Bahia; contribuições vão até 18/12

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redebenews.com.br



O projeto prevê a duplicação de 169 km de rodovias, com 80 km a serem finalizados até 2026, além da implementação de 41 km de faixas adicionais e 11 km de marginais. Foto: Divulgação

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) abriu nesta segunda-feira (4) a Consulta Pública destinada à otimização do contrato de concessão da rodovia BR-101, que se estende por 478,7 km entre os estados do Espírito Santo e da Bahia. O período para envio de contribuições vai até o dia 18 de dezembro de 2024.

Os interessados poderão apresentar sugestões sobre as

minutas do edital do processo competitivo, do termo aditivo e seus anexos, bem como sobre o Programa de Exploração da Rodovia e o Modelo Econômico-Financeiro proposto. As informações e documentos relacionados à Consulta Pública Nº 1/2024 estão disponíveis no site da ANTT.

Em setembro, o Tribunal de Contas da União (TCU) deu aval à otimização do contrato de concessão da ECO 101 Concessionária de Rodovias S/A, empresa responsável pela operação atual. A decisão marcou a primeira repactuação de uma concessão rodoviária no âmbito da Nova Política Pública de Outorgas, que foi implementada pelo Governo em 2023.

O novo mecanismo visa atualizar contratos que não atendem mais ao interesse público, promovendo melhorias na transparência e eficiência na execução de obras. Além disso, a padronização dos contratos resultará em uma redução de custos e facilitará a fiscalização por parte das autoridades competentes.

Com a otimização, a Eco101 pode ter R\$7,18 bilhões em investimentos, sendo que R\$1,87 bilhões deverão ser aplicados nos primeiros três anos do novo contrato. O projeto prevê a duplicação de 169 quilômetros de rodovias, com 80 quilômetros a serem finalizados até 2026, além da implementação de 41 quilômetros de faixas adicionais e 11 quilômetros de marginais.

Também estão planejadas a construção de dois Pontos de Parada e Descanso para caminhoneiros (PPD), visando melhorar as condições de descanso dos profissionais que utilizam a rodovia.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2024

NACIONAL - APROVAÇÕES DO BNDES EM INFRAESTRUTURA ATINGEM R\$ 78 BI EM 18 MESES

Somente nos nove primeiros meses deste ano foram liberados R\$ 40,8 bilhões, 8% a mais do que no mesmo período de 2023

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redebeneews.com.br



Até setembro de 2024, as aprovações do BNDES para a indústria representaram 27% do total, superando pela primeira vez desde 2016 os valores para o agro, que somaram 26%

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) divulgou na segunda-feira (4) que as aprovações de crédito para o setor de infraestrutura totalizaram R\$ 78,4 bilhões no período entre janeiro de 2023 e setembro de 2024. Segundo dados da instituição, o montante é superior ao registrado nos quatro anos anteriores (2019 a 2022), quando as liberações registraram R\$ 67,6 bilhões no mesmo período.

Somente nos nove primeiros meses do ano, o banco aprovou R\$ 40,8 bilhões em crédito para o mercado de infraestrutura. O valor é 8% maior do que o mesmo período de 2023 (R\$ 37,6 bilhões) e 92% maior do que o mesmo período de 2022.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, ressaltou a relevância dos investimentos em infraestrutura para o progresso econômico e social do Brasil e afirmou que as obras do setor são fundamentais para elevar a qualidade de vida da população e fortalecer setores como a indústria e a agricultura.

“As rodovias são essenciais para garantir qualidade de vida para a população e para impulsionar outros setores fundamentais para a economia do país, como estimular a produção industrial e escoar a produção agrícola”, detalhou Mercadante.

Indústria

O BNDES também informou que, até setembro de 2024, as liberações de crédito para a indústria representaram 27% do total, superando, pela primeira vez desde 2016, os valores destinados ao setor agro, que somaram 26%.

No acumulado do ano, o Banco aprovou R\$ 154 bilhões para o programa Nova Indústria Brasil, com R\$ 9 bilhões destinados a projetos de inovação, marcando o maior valor já registrado pela instituição nesse segmento.

Mercadante reforçou que a mudança reflete a necessidade de manter indicadores positivos e confiança nos investimentos do setor, visando “contribuir para o desenvolvimento de uma indústria digital, verde e exportadora”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2024

REGIÃO SUDESTE - “SUSTENTÁVEL”, FENATRAN ABRE 24ª EDIÇÃO EM SÃO PAULO

Investimentos em tecnologias alternativas e veículos elétricos dominam o evento e sinalizam futuro verde para o setor de transporte de carga

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A 24ª edição da Fenatran reúne 332 expositores. Marcas como Volvo, Volkswagen e Scania apostam em tecnologias para reduzir emissões e impulsionar a sustentabilidade logística (Foto: Paulo Rogério/Divulgação)

Descarbonização é a palavra que define o 24º Salão Internacional do Transporte Rodoviário de Carga (Fenatran). O evento, que teve início na segunda-feira (4) e vai até sexta-feira (8) no Expo Imigrantes, em São Paulo, reúne 332 expositores dos mais diversos segmentos do setor de transportes e logística. É estimado um público superior a 60 mil pessoas. A

abertura oficial do evento contou com a presença de Geraldo Alckmin, vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Em um evento que costumeiramente apresenta novidades para o setor, a Fenatran 2024 demonstra planejar um futuro sustentável. Isso envolve caminhões elétricos e movidos a combustíveis alternativos, empilhadeiras elétricas, novos motores com menores emissões de CO₂, dentre outras atrações.

“A descarbonização é uma realidade e a Fenatran mostra que o veículo elétrico não é a única alternativa. São várias opções e o transportador consegue adequar de acordo com a necessidade dele. Descarbonização é um tema forte e não temos um só meio”, disse Thiago Braga Ferreira, gerente executivo da Fenatran.

A FPT Industrial confirmou investimentos de R\$ 127 milhões em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias de propulsão, como parte da sua estratégia para descarbonização e geração de fontes de energias renováveis, no período de 2024 a 2028.

Para a Fenatran 2024, a marca apresenta uma oferta de motores a combustão interna, com alternativas como gás natural, biometano e combustíveis renováveis.

No setor de caminhões, as marcas deram ênfase aos elétricos e movidos com combustíveis alternativos.

Da Volvo, destaque para o FM Electric e o FH B100 Flex. “Os resultados vêm confirmando os benefícios de rodar com esses veículos de zero emissões de CO₂, nas condições brasileiras”, disse

Alan Holzmann, diretor de estratégia e planejamento de produto caminhões da marca. O elétrico tem um motor com 660 cv de potência (490 kW) e Peso Bruto Total Combinado (PBTC) de até 50 toneladas.

O Volvo FH B100 Flex é movido também com biodiesel. Quando abastecido exclusivamente com o B100, a redução das emissões de CO2 equivalente de origem fóssil varia de 70% a 90%, dependendo do processo produtivo do biodiesel.

A Volkswagen Caminhões colocou em seu estande o Meteor Hybrid. Dotado de um motor a diesel e um eixo auxiliar elétrico, tem potencial para reduzir mais de 90% das emissões de CO2.



O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços Geraldo Alckmin compareceu à abertura da 24ª Fenatran, na Expo Imigrantes, em São Paulo

A Mercedes irá iniciar testes com 15 unidades do eActros (versões 300 e 400) e eCanter no início de 2025. O eActros é vendido na Europa em versões com autonomia entre 220 km e 400 km. O eCanter pode receber carrocerias como carga aberta, baú ou guincho. Dois modelos serão testados no Brasil com PBTs de 7,5 e 8 toneladas. A autonomia varia entre 140 km e 200 km.

A Scania alterna entre os segmentos elétrico, diesel, biodiesel e gás. A marca apresentou seis novos caminhões: 30 G 4x2 (elétrico) e P 280 6x4 XT ('Light Construction'), o semipesado P 280 6x2 (7 litros), 460 R 6x2 Super, 500 RH 6x4 Super B100 (100% biodiesel) e o G 460 6x2 (gás/biometano).

No setor de empilhadeiras a ideia de sustentabilidade também entrou com força na Fenatran. Paralelamente ao evento, a Movimart reúne toda a cadeia de logística integrada para a América Latina. A Hangcha tem, em seu estande, uma máquina de bateria de lítio com capacidade para transportar 2,5 toneladas.

“A empilhadeira elétrica veio para substituir as máquinas a combustão. Elas geram economia e têm menos componentes que apresentam defeitos. O cliente já está vindo em busca. Temos 22% do market share no Brasil”, revela Kleber Li, diretor comercial da empresa.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2024

REGIÃO SUL - SANTA CATARINA LANÇA PLANO PARA MODERNIZAR REDE DE AEROPORTOS ATÉ 2044

Projeto investirá mais de R\$ 254 milhões na ampliação e adequação da infraestrutura aérea no estado

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



“Vamos reforçar nossa aviação comercial, nosso turismo, os voos regionais e fortalecer ainda mais a nossa economia”, declarou o governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (Foto: Eduardo Valente/Secom)

O Plano Aeroviário de Santa Catarina (Paesc) foi oficialmente apresentado pela Secretaria de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF) ao governador Jorginho Mello (PL) na segunda-feira, dia 4, na sede da Facisc (Federação das Associações Industriais do estado). O documento traça metas para o desenvolvimento da Rede Estadual de Aeroportos até 2044, com um investimento estimado de mais de R\$ 254 milhões em obras e serviços necessários.

“Santa Catarina vai voar ainda mais alto com um planejamento pros próximos 20 anos. Vamos reforçar nossa aviação comercial, nosso turismo, os voos regionais e fortalecer ainda mais a nossa economia, que já é uma das mais sólidas e competitivas do país”, afirmou Jorginho Mello.

O senador e ex-secretário de SPAF, Beto Martins (PL-SC), destacou a importância do Paesc como ferramenta de orientação para investimentos nos aeroportos estaduais, salientando que “é um planejamento de 20 anos que demonstra que o governador Jorginho Mello trata o assunto como um tema de política de estado e não apenas como um projeto de governo”.

Ivan Amaral, atual secretário da SPAF, explicou que o estudo será revisado a cada cinco anos para manter o alinhamento com as mudanças do setor. “Isso traz as atualizações e garante que o Estado fique alinhado com as necessidades e mudanças do mercado aeroviário”, afirma.

Para Elson Otto, presidente da Facisc, a infraestrutura aeroviária é uma prioridade para diversas regiões catarinenses. “Este é um diagnóstico que mapeia e nos ajuda a entender, também, qual é a distância entre o que os empresários almejam e o que é possível de ser realizado”, disse ele. Otto elogiou ainda o trabalho conjunto da SPAF com a universidade e as lideranças do estado. “A SPAF



ouviu os players do mercado, assim como todas as lideranças do estado para poder validar o Paesc. Foi um trabalho importante de mobilização, o que resultou em um estudo que reúne estrutura e potencialidades regionais para a viabilização de rotas aéreas domésticas e de carga no estado”, explicou.

O senador e ex-secretário de Portos, Aeroportos e Ferrovias Beto Martins destacou a importância do Paesc como ferramenta de orientação para investimentos nos aeroportos

O último plano aeroviário estadual data de 1989 e tinha previsão até 2009. A nova versão do Paesc, desenvolvida em 2024 pelo LabTrans da UFSC, reavaliou a estrutura e a classificação dos aeródromos estaduais de acordo com as legislações vigentes, apresentando diretrizes para a ampliação, adequação e implantação de infraestrutura conforme a demanda prevista para a aviação estadual. Com isso, o governo poderá planejar os investimentos necessários conforme as orientações do Paesc.

O plano

O Paesc inclui 19 aeroportos públicos, classificados em seis categorias: Regional, Regional (pequeno porte), Metropolitano auxiliar, Turístico, Local e Complementar. As classificações consideram o potencial de expansão, impacto socioeconômico, geração de viagens e projeções de tráfego. Os aeroportos de Caçador e Correia Pinto, por exemplo, foram classificados como Regionais, enquanto Joaçaba e São Miguel do Oeste foram considerados Regionais de pequeno porte. Dionísio Cerqueira foi designado como Complementar e São Joaquim como Turístico. Os aeroportos de Blumenau, Concórdia, Curitibanos, entre outros, foram classificados como Locais.

Já os aeroportos de Chapecó, Florianópolis, Joinville, Navegantes e Jaguaruna, atualmente concedidos à iniciativa privada, não fazem parte do Paesc, pois têm seus próprios planos de investimento e expansão.

Para a elaboração do Paesc, a SPAF investiu R\$ 1,6 milhão, com o objetivo de atualizar o planejamento aeroviário estadual.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2024

REGIÃO SUDESTE - DELEGACIA DE ATENDIMENTO AO TURISTA É REINAUGURADA NO PORTO DE SANTOS

Novo espaço amplia segurança e suporte aos turistas de cruzeiro com serviços de emissão de documentos e combate ao crime

Por Cássio Lyra cassio.lyra@redebeneews.com.br



O secretário estadual de Segurança Pública Guilherme Derrite destacou a importância da estrutura renovada para a emissão de documentos e o reforço da segurança no porto

Autoridades participaram na segunda-feira (4) da solenidade de reinauguração do prédio que abriga a 5ª Delegacia de Atendimento ao Turista (Deatur)

localizada no Porto de Santos (SP). O local passou por reforma nos últimos meses e terá importantes melhorias em sua estrutura para atender a população, principalmente os turistas de cruzeiro.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, a reforma começou em 2 de maio, com pouco mais de R\$ 1 milhão em investimentos do Governo do Estado. O efetivo da 5ª Deatur é composto por 20 policiais civis, sendo duas delegadas, cinco escrivães, nove investigadores e quatro papiloscopistas.

Localizado ao lado do Terminal de Passageiros de Cruzeiros do Porto de Santos, o Concais, a delegacia possui um posto avançado dentro do terminal para atendimento aos turistas, principalmente para a emissão de documento original, que é obrigatório aos cruzeiristas para realizar viagens para o exterior.

Na temporada 2023-2024, o terminal recebeu mais de 1 milhão de turistas. Nesse período, mais de 400 documentos foram emitidos para que muitas pessoas pudessem seguir viagem.

“Reinaugurar as instalações da 5ª Deatur é importantíssimo. Como foi mencionado, mais de 430 turistas retiraram a segunda via do documento RG de maneira emergencial, pois as pessoas se dão conta de que é preciso o documento original para realizar as viagens de cruzeiro”, comentou o secretário estadual de Segurança Pública, Guilherme Derrite, que esteve presente na solenidade.

A próxima temporada no Porto de Santos começa nesta sexta-feira, dia 8, com a atracação do navio MSC Seaview. São esperados, pelo menos, um milhão de passageiros entre embarque, desembarque e trânsito, passando pelo Concais entre novembro deste ano e abril de 2025. Estão previstas 152 escalas e 15 navios.

As principais ocorrências atendidas pela 5ª Deatur na última temporada envolveram porte de entorpecentes, acidentes de trânsito e estelionato. Além disso, os policiais que trabalham no local participam da comissão estadual de segurança pública portuária, colaborando, principalmente, para ideias e ações de combate ao tráfico internacional de drogas.

A delegada titular da delegacia, Martha Vergine, destacou a importância da reforma para um melhor atendimento ao turista.

“Uma boa instalação dá um outro padrão de qualidade. Os policiais aqui precisavam de instalações adequadas. Nós asseguramos a segurança do turista dentro do terminal e também atuamos contra o porte de entorpecentes em passageiros, além de emitir RGs para os turistas que realizam as viagens de cruzeiro”, conta.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2024

BRASIL EXPORT - MISSÃO BRASIL EXPORT AVALIA TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS NO TERMINAL DE GÊNOVA

Visita revela soluções para escoamento eficiente e redução de emissões com conexão ferroviária europeia

Por **PAULO JOSÉ RIBEIRO** paulo.ribeiro@redebeneews.com.br



O terminal da empresa de Singapura em Gênova, conta com capacidade máxima de 2 milhões de TEU. Somente no ano passado, foram movimentados 1.499.199 TEU no local (Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export)

contêineres de Gênova, na Itália.

No segundo dia da missão internacional 2024 do Grupo Brasil Export, a comitiva formada por empresários e autoridades do setor portuário e logístico brasileiro visitou na segunda-feira (4) o terminal do Grupo PSA, um dos principais espaços voltados para a movimentação de

O terminal é a principal área da empresa de Singapura no país, que abriga outros dois terminais. O local conta com capacidade máxima de 2 milhões de TEU. Somente no ano passado, foram movimentados 1.499.199 TEU no terminal.

São quatro berços de atracação para navios de contêineres e calado de 15 metros de profundidade. É possível operar até dois navios de 366 metros simultaneamente no cais do terminal.

O local costuma sofrer com ventos fortes, de até 70 km/h, o que trouxe a necessidade de um equipamento para tensionar os navios nos berços de atracação.

Um dos pontos de destaque é a ligação com os sistemas rodoviário e ferroviário italiano. A integração com os dois modais é um grande facilitador para o escoamento de cargas por todo o continente europeu.

O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, que integra a comitiva, ressaltou a importância da ligação entre os países europeus por meio das ferrovias, apontando que esse é um meio de transporte eficiente na movimentação e na sustentabilidade.

“A Europa conta com uma conexão ferroviária muito importante. Foi apresentada aqui uma conexão direta com Stuttgart, na Alemanha, e outros países da Europa. Uma operação que leva em consideração diversos regramentos de países que estão conectados. Muita coisa interessante que a gente pode estudar pra que num futuro próximo possa ser implementada no Porto de Santos. Essas experiências são riquíssimas”, afirmou.

A linha ferroviária que liga Gênova a Stuttgart realiza duas viagens diretas entre as duas cidades semanalmente. A Linha Expresso Sul, ligando Gênova à Basileia, na Suíça, faz três viagens por semana. O transporte de contêiner por essa linha trouxe uma redução de 83% na emissão de gás carbônico na operação.

O terminal ainda movimenta 37 mil contêineres refrigerados anualmente, e a Linha Expresso Sul também atua no escoamento dessas cargas. A iniciativa faz o transporte a partir de um sistema de auto-carregamento independente, que fornece a energia ao reefer e mantém a temperatura adequada durante toda a operação.

O gerente sênior de marketing e vendas do terminal, Massimiliano Cozzani, destacou a importância da visita. Ele falou sobre a boa relação comercial entre Itália e Brasil, especialmente dentro do setor de importação e exportação.

“É muito importante que todos tragam visibilidade para o que estamos fazendo do outro lado do oceano. Você tem a reafirmação de que os navios estão sendo tratados da maneira correta, com segurança e eficiência”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 05/11/2024

BRASIL EXPORT - SANTOS E GUARUJÁ BUSCAM INSPIRAÇÃO EM GÊNOVA PARA INTEGRAÇÃO PORTO-CIDADE

Missão do Brasil Export discute boas práticas italianas que possam ajudar na adaptação de novas tecnologias e na geração de renda no litoral de SP

Por **NÚRIA BIANCO** nuria.bianco@redenenews.com.br



A cônsul Elinalva Henrique com o prefeito de Guarujá, Válder Suman, o secretário santista Elias Júnior e o presidente do Conselho Nacional do Brasil Export, José Roberto Campos (Foto: Reprodução/Instagram)

A cônsul honorária do Brasil em Gênova, Elinalva Henrique, recebeu na segunda-feira, dia 4, parte da comitiva que integra a missão internacional do Grupo Brasil Export. O encontro, na sede do consulado brasileiro na cidade italiana, reuniu o prefeito de

Guarujá (SP), Válder Suman (PSDB), o secretário de Assuntos Portuários e Emprego de Santos (SP), Elias Júnior; o presidente do Conselho Nacional do Brasil Export, José Roberto Campos; e o presidente do Conselho do Nordeste Export, Aluisio Sobreira.

Gênova e Santos se tornaram oficialmente irmãs em março de 2024. O Pacto de Amizade e Colaboração prevê o empenho recíproco na promoção de trocas culturais e apoio a setores comuns e estratégicos, como o portuário, turismo, esporte, educação e arte, além de boas práticas administrativas e no conceito de cidades inteligentes.

“Gênova e Santos são cidades distantes, mas com muitos pontos em comum, começando pela forte ligação com o porto. O Consulado Geral do Brasil em Milão, que tem como Embaixador Hadil da Rocha Vianna, de forma geral, tem atuado para ajudar empresários e governos, dos dois lados, a se conectar”, destacou a cônsul.

Segundo ela, os italianos têm demonstrado interesse em investir no Brasil e buscam oportunidades de aumentar os negócios feitos com parceiros brasileiros. “Além do comércio internacional de mercadorias, há o interesse na compra de terrenos e ativos de infraestrutura”, conta.

Elias Júnior falou sobre as iniciativas voltadas para a geração de emprego e renda e ressaltou a importância da troca de informações. “A atividade portuária é grande responsável pelo desenvolvimento da região e acreditamos que podemos colaborar, uns com os outros, na adoção de novas tecnologias, práticas mais sustentáveis e na melhora da relação porto-cidade”.

Os desafios de integrar o sistema logístico e o turismo, uma dificuldade que Gênova soube transformar em oportunidade, também foram tema da reunião. Segundo Suman, em Guarujá, que abriga os terminais da margem esquerda do Porto de Santos, o trânsito de caminhões de cargas impacta diretamente na vida dos moradores e turistas que visitam a região.

“Todos os anos, principalmente no período de férias e festas de final de ano, recebemos milhões de turistas. O tráfego intenso de veículos pesados é uma preocupação e é interessante aprender com a experiência genovesa neste sentido”, conta.

Para José Roberto Campos, o apoio do consulado será fundamental para empresas brasileiras interessadas em exportar. “A reunião de hoje abre espaço para novos negócios dos dois lados. A cônsul honorária abriu as portas do consulado e o trabalho terá continuidade nos próximos meses”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/11/2024

OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - REENCONTRO COM GÊNOVA, DOS VULTOS À REINVENÇÃO



LUIZ DIAS GUIMARÃES

jornalista

opinião@redebeneews.com.br



Gênova continua a mesma, carregando sua história. Volto um ano depois e reencontro os motivos de sua ousadia.

Como nós, humanos, a cidade acumula lembranças de sua vida.

Sigo na noite do Mediterrâneo vendo o rastro do navio singrando o destino, com caudalosa espuma branca a cada fração de milha percorrida.

O rastro não é uniforme, como pasta de dente. Vejo da varanda fulcros que se sucedem como nossas memórias, e aos poucos se dissipam como a dor de más lembranças.

Mas a espuma se esvai sem ir, debaixo das estrelas.

Importa que sim, navegar é preciso, esse é o meu destino e o destino desta cidade como todas.

Partimos da Ligúria para visitar outros portos do caudaloso Mediterrâneo. Partimos, membros da delegação do Brasil Export, a bordo do MSC Fantasia, em busca de novas experiências.

Percorremos a mesma latitude que por muito tempo aventureiros genoveses percorreram, no caminho para as Índias, em busca de especiarias.

Corajosos marujos que partiam e voltavam guiados pelo farol de Gênova.

Navegar era o sentido dos genoveses, como este grupo de empresários que formam uma autêntica família espalhada pelo Brasil e que vive do mar e da infraestrutura. São homens e mulheres cujo labor é sustentar a economia e alimentar o mundo.

Como os genoveses faziam ao disputar com os mercadores de Veneza as riquezas das Índias.

Diferente de quando Gênova era só trapiches, mas já ocupava a vanguarda na busca do Novo Mundo.

Da Vinci e Colombo são provas da ousadia desse povo. O artista que não se contentava em expor sua genialidade através da arte e criava em vários campos, até da tecnologia.



Colombo, aventureiro audaz, pôs a coragem a serviço do Reino da Espanha e sempre imaginou ter chegado às Índias quando aportava em todo o Caribe.

Mas Gênova não esqueceu o seu filho ilustre, e agora que retorno à terra, reencontro seu espírito enquanto seu corpo jaz em Sevilha. Importante que jamais o esqueceram, afinal Gênova, como todo o Velho Mundo, cultua sua história, ao mesmo tempo que pratica a ousadia da renovação. É, a cidade se reinventa sem diluir suas lembranças. Que são expostas em majestosos palácios e castelos. Ao contrário das espumas deste navio que se diluem e se perdem debaixo do luar.

Navegar é preciso, com o rastro das vidas dos homens e das cidades.

PARTIMOS DA LIGÚRIA PARA VISITAR OUTROS PORTOS DO CAUDALOSO MEDITERRÂNEO. PARTIMOS, MEMBROS DA DELEGAÇÃO DO BRASIL EXPORT, A BORDO DO MSC FANTASIA, EM BUSCA DE NOVAS EXPERIÊNCIAS. PERCORREMOS A MESMA LATITUDE QUE POR MUITO TEMPO AVENTUREIROS GENOVESES PERCORRERAM, NO CAMINHO PARAAS ÍNDIAS, EM BUSCA DE ESPECIARIAS. CORAJOSOS MARUJOS QUE PARTIAM E VOLTAVAM GUIADOS PELO FAROL DE GÊNOVA

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 05/11/2024



BAHIA ECONÔMICA - BA

PACOTE DE CORTE DE GASTOS SERÁ APRESENTADO A MINISTÉRIOS NESTA TERÇA

Por João Paulo - 05/11/2024 11:00

Previsto para ser enviado ao Congresso Nacional nesta semana, o pacote de corte de gastos obrigatórios será apresentado a outros ministérios nesta terça-feira (5), informou nesta noite o Ministério da Fazenda. Em nota, a pasta disse que a reunião desta segunda-feira (4) à tarde serviu para a discussão do quadro fiscal do país e o detalhamento das propostas em discussão pelo governo. “Nesta terça, outros ministérios serão chamados pela Casa Civil para que também possam opinar e contribuir no âmbito das mesmas informações”, informou a pasta.

Realizada no fim da tarde, a segunda reunião do dia entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva durou cerca de três horas. Também compareceram ao encontro as ministras do Planejamento, Simone Tebet, e da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, e o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa.

Pela manhã, Haddad e vários ministros reuniram-se com o presidente Lula para fazer o balanço das ações do G20, grupo das 19 maiores economias do planeta, mais União Europeia e União Africana, presidido pelo Brasil neste ano. Além de Haddad e Lula, o encontro reuniu os ministros Rui Costa (Casa Civil), Mauro Vieira (Relações Exteriores) e Márcio Macêdo (Secretaria-Geral).

Durante o fim de semana, informou Haddad, Lula pediu que técnicos da equipe econômica lhe apresentassem os detalhes das medidas de corte de gastos obrigatórios. Segundo o ministro, os pontos que cabem ao Ministério da Fazenda estão com as definições bastante adiantadas. A pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Haddad cancelou a viagem à Europa prevista para esta semana. Oficialmente, a pasta informou que o ministro permanecerá em Brasília, “dedicado a temas domésticos”.

Fonte: **Bahia Econômica**
Data: 05/11/2024

KAMALA VS TRUMP: NORTE AMERICANOS DECIDEM HOJE SEU PRÓXIMO PRESIDENTE; SAIBA DETALHES

Por João Paulo - 05/11/2024 09:00 - Atualizado 05/11/2024



Milhões de eleitores vão às urnas nesta terça-feira (5) para escolher o próximo presidente dos Estados Unidos, numa das disputas mais acirradas dos últimos tempos. Virtualmente empatados nas pesquisas de intenção de voto, a democrata Kamala Harris e o republicano Donald Trump estão de olho em sete estados que historicamente não têm preferência por nenhum dos partidos e vão ser decisivos na corrida à Casa Branca.

A Pensilvânia é o estado com maior potencial de influenciar a corrida. Nesse cenário, condados como o de Door, em Wisconsin, outro estado sem candidato favorito, ganham projeção nacional; nesse condado, com 30 mil habitantes, nas últimas sete eleições o mais votado acabou eleito.

No total, mais de 244 milhões de americanos estão aptos a votar. Nas últimas semanas, mais de 57 milhões já votaram antecipadamente, pelo correio ou presencialmente, segundo dados da agência Associated Press (AP). As eleições são indiretas, via colégio eleitoral, o que significa que não necessariamente o candidato mais votado pela população será eleito. Entenda.

Em paralelo à corrida presidencial, também haverá eleições para a Câmara dos Deputados e o Senado. Hoje, a Câmara dos Representantes, presidida pelo deputado republicano Mike Johnson, é dominada pelo Partido Republicano por uma pequena margem de diferença. A renovação das 435 cadeiras abre a possibilidade para que os republicanos aumentem essa vantagem ou para uma mudança no jogo de poder, com a volta dos democratas.

No Senado, estão em disputa 34 vagas, pouco mais de um terço dos assentos. O desafio para os democratas é tentar se manter à frente – atualmente, o partido só conseguiu maioria por conta do apoio dos candidatos independentes.

O horário de votação nesta terça varia em cada um dos 50 estados, que têm as suas próprias regras eleitorais, além de haver quatro fusos horários no país, o que torna a coisa mais complexa. Os primeiros a votar são três condados de New Hampshire, que têm a tradição do “voto da meia-noite” (2h no horário de Brasília). Depois, sucessivamente, ao longo das próximas 24 horas, cada estado vai fazer seu processo de votação. As urnas serão fechadas por último no Alaska e no Oregon quando forem 2h de quarta-feira (6) no horário de Brasília.

A contagem de votos começa horas depois de fechadas as urnas e, historicamente, é possível conhecer o presidente eleito antes mesmo de todos os votos terem sido contabilizados. Mas especialistas não esperam resultados na noite da eleição, principalmente em alguns estados decisivos. Em 2020, a eleição foi no dia 3 de novembro e, só no dia 7, as projeções apontaram o democrata Joe Biden como vencedor.

A agilidade da apuração depende de quando começar a contagem das cédulas em cada estado. Como muita gente vota de forma antecipada ou pelo correio, alguns estados já se organizam para deixar as cédulas prontas para contagem.

Pensilvânia e Wisconsin – dois dos estados decisivos – só vão começar a contar os votos nesta terça mesmo. Na última eleição, a apuração por lá durou dias, principalmente por conta do voto pelo correio.

Como os EUA não possuem um órgão que centralize a apuração, a exemplo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no Brasil, entra em cena o papel da imprensa.

Há 178 anos, a Associated Press é uma das fontes mais confiáveis para contabilizar os votos das eleições americanas. A agência tem cerca de 4.000 repórteres de contagem de votos espalhados pelos distritos e escritórios eleitorais dos condados do país.

As informações são coletadas de forma padronizada e analisadas levando em conta uma série de fatores, o que permite que a agência anuncie o vencedor com segurança. (Leia mais aqui.)

Colégio Eleitoral

O candidato mais votado em um estado leva todos os delegados do Colégio Eleitoral daquela área, mesmo que ganhe por apenas um voto. Tem vantagem o candidato que vencer nos estados que possuem o maior número de delegados. Ao todo, são 538 delegados e, para ser eleito, o vencedor precisa conseguir o voto de pelo menos 270. Veja aqui quantos delegados cada estado tem.

Estados decisivos

Na maioria dos 50 estados americanos, a preferência do eleitorado é conhecida e se repete a cada eleição. Os estados onde o resultado é uma incógnita e nos quais você precisa prestar atenção são sete:

- Pensilvânia
- Wisconsin
- Michigan
- Carolina do Norte
- Geórgia
- Nevada
- Arizona

Fonte: *Bahia Econômica*

Data: 05/11/2024



EIXOS – NOTÍCIAS DE ENERGIA E POLITICA

TARCÍSIO COBRA AVANÇO NO PL DO DEVEDOR CONTUMAZ E DIZ QUE ETANOL ESTÁ NA ROTA DO CRIME

Governador afirma que organizações criminosas estão avançando no setor de combustíveis

Por *Hanrikson de Andrade*



Tarcísio declarou que até usinas de etanol estão sendo utilizadas para lavagem de dinheiro por parte de organizações criminosas

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), abordou na reunião com o presidente Lula (PT) e membros do alto escalão do governo, na quinta-feira (31/10), o tema dos crimes associados ao mercado de combustíveis – sobretudo aqueles praticados por empresas consideradas “devedores contumazes”.

Durante a agenda, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino também compartilhou das preocupações expressas pelo governador paulista. Ele alertou, em especial, para a necessidade de a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) revisar as regras do mercado de postos de bandeira branca.



Dino, Tarcísio e os demais governadores eleitos no país participaram da reunião convocada por Lula e membros da cúpula do governo, como os ministros Rui Costa (PT), da Casa Civil, e Alexandre Padilha (PT), da Secretaria de Relações Institucionais.

O assunto principal foi a PEC da segurança pública – cuja ideia é incluir as prerrogativas do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), instituído em 2018 por lei ordinária. A agenda também serviu como uma tentativa de aproximar a gestão petista dos governos locais.

Etanol na mira do crime

Para o governador de São Paulo, é impossível discutir hoje os problemas da segurança pública nacional sem se debruçar sobre pautas “correlatas”, como os crimes relacionados ao setor de combustíveis.

Ele cobrou do governo federal e do Congresso Nacional empenho na aprovação do projeto de lei que tipifica os devedores contumazes (PL 15/2024), que está parado na Câmara.

Tarcísio declarou ainda que, segundo informações do governo paulista, até usinas de etanol estão sendo utilizadas para lavagem de dinheiro por parte de organizações criminosas.

“É um dos setores preferidos do crime organizado hoje para lavagem de dinheiro. A gente está vendo a profusão de postos de gasolina sendo adquiridos pelo crime e até usinas de etanol hoje. Se não houver um trabalho conjunto, a gente não vai chegar a lugar algum.”

“É preciso olhar com atenção o setor de combustíveis. É muito fácil obter um regime especial tributário no setor de combustíveis. É muito fácil. E normalmente esses regimes especiais são para empresas de fachada, que operam na ilegalidade, e vão servir ao tráfico de drogas, vão servir ao crime organizado”, completou.

Tarcísio mencionou as tentativas recorrentes via Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) de estancar o problema da guerra fiscal associada à importação de derivados de petróleo.

Recentemente, por exemplo, o colegiado teve que se mobilizar para barrar a entrada de diesel russo de forma irregular pelo Amapá.

“A gente faz muitos movimentos via Confaz para impedir que esses regimes aconteçam. E a lei do devedor contumaz é fundamental, ela tem que sair, é fundamental para que a gente possa fazer esse combate. E olhar o setor de combustíveis é um primeiro grande passo para a gente começar a cortar o financiamento do crime organizado”, alertou.

Bandeira branca é ‘grande incentivo’, diz Dino

Em complementação às falas do governador de São Paulo, o ministro Flávio Dino citou a necessidade de rediscutir a regulação da ANP que permite o funcionamento dos postos de bandeira branca.

Foi um comentário direcionado ao presidente Lula e ao governador Tarcísio de Freitas, que defendia a necessidade de União e os estados estabelecerem uma pauta legislativa única para a segurança pública.

Dino enfatizou que, no caso da ANP, é uma mudança infralegal, sem necessidade de passar pelo Congresso Nacional.

“[A resolução da ANP] permite os postos de bandeira branca e que têm sido utilizados pelas duas principais quadrilhas. Então, mudando a resolução já melhora muito a instalação desses postos de fachada, que são lavanderias, na verdade.”

A agência eixos procurou o STF, na tentativa de obter, com clareza, informações que possam subsidiar o entendimento do ministro a respeito da bandeira branca. Questionamentos foram encaminhados à equipe de comunicação da corte, porém não houve resposta até o momento.

Fonte: EIXOS – Notícias de Energia e Política

Data: 05/11/2024

NORUEGA NÃO LEVARÁ MINERAÇÃO DO FUNDO DO MAR AO G20, DIZ CÔNSUL

Além do Brasil, União Europeia e mais cinco países que integram o G20 são a favor de uma moratória; Noruega é pró-exploração mineral submarina

Por Gabriel Chiappini



Até agora, 32 nações do Pacífico, Europa, AL e Caribe formalizaram pedido de mais tempo para avaliar possíveis impactos da atividade | Foto Pexels/Pixabay

RIO – A Noruega decidiu não inserir a mineração no fundo do mar na sua pauta para os debates do G20 deste ano, disse a jornalista a cônsul-geral da Noruega no Rio de Janeiro, Mette Tangen.

“Não é um assunto que vamos levar para o G20. Tem várias áreas, arenas globais, onde esse assunto é discutido. Então, a gente não acha que é necessário levar para o G20 por enquanto”, comentou durante evento nesta segunda (4/11).

A Cúpula de Líderes do G20 ocorre nos dias 18 e 19 de novembro no Rio de Janeiro, com discussões sobre transição energética justa e financiamento climático.

Oceanógrafa e diplomata brasileira Leticia Carvalho, eleita secretária-geral da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos – ISA (Foto: IISD-ENB)

Diálogos da Transição

A declaração de Tangen ocorre em um contexto no qual o Brasil, atual presidente rotativo do G20, convidou a Noruega para participar do debate da cúpula. No entanto, o país escandinavo preferiu focar seus esforços em outros temas comuns da transição energética, como a captura e armazenamento de carbono (CCS) e a energia eólica offshore.

O Brasil é defensor de uma pausa preventiva na exploração de minerais no fundo do mar, e está entre os 32 países que assinam manifesto demonstrando preocupações com possíveis riscos ao ecossistema marinho.

Além do Brasil, a União Europeia e mais cinco países que integram o G20 se manifestaram a favor de uma moratória até que se conheça os possíveis impactos dessa atividade no mar e se desenhe um código de mineração segura. São eles: França, Alemanha, Reino Unido, Canadá e México.

Já a Noruega aprovou no início do ano a permissão para exploração e possível extração de minerais do fundo do mar na sua plataforma continental.

Entre os motivos que levaram o o país aprovar a exploração em alto mar, estão a redução da dependência da China para o fornecimento de minerais necessários para baterias de veículos elétricos, turbinas eólicas e painéis solares; e o desenvolvimento de novas commodities, dado que sua principal exportação – petróleo e gás – deve diminuir gradualmente.

Embora o assunto não esteja na mesa de debates do G20, a Noruega ainda espera cooperar com o Brasil no tema, segundo Per Sogge, assessor especial do Ministério da Energia da Noruega.



“Ambos vemos grande potencial para maior cooperação com energia eólica offshore, captura e armazenamento de carbono e minerais do fundo do mar”, disse durante o evento promovido pela Noruega no Rio de Janeiro.

Foco na agenda comum

“O CCS é um ótimo exemplo de uma área onde nossos países têm interesses semelhantes e podem trabalhar juntos”, pontuou Sogge.

Ele lembrou que o objetivo do projeto Northern Lights de CCS na Noruega – recém inaugurado – vai além de reduzir as emissões do país, e busca “demonstrar ao mundo que a tecnologia está funcionando para que outros países também possam adotá-la”.

Por aqui, o primeiro passo para a regulamentação do CCS foi dado com a sanção da lei do Combustível do Futuro. Entretanto, Mette Tangen destaca a importância também da aprovação de um mercado de carbono para o desenvolvimento da tecnologia, ressaltando que, na Noruega, essa estrutura faz com que o CCS seja mais barato do que emitir carbono.

“É fundamental ter um preço no carbono. Porque para as empresas de petróleo na Noruega, hoje em dia, seria mais barato fazer CCS do que emitir. Por conta da regulação, elas têm um limite de emissões na Noruega. E o carbono tem preço. É mais caro pagar esse preço do que fazer CCS”, explicou Tangen.

Eólicas offshore

A Noruega também aposta na geração eólica offshore como um dos pilares para transição energética, aproveitando a experiência do país em operações no mar.

A cônsul-geral, lembrou que o país realizou um leilão este ano, que marca o início do desenvolvimento dessa indústria.

“Na Noruega teve um leilão esse ano, e vamos começar a construir a primeira área, utilizando as tecnologias do setor de petróleo”.

Para Thomas Conradi Granli, diretor da Innovation Norway Brasil, a eólica offshore é uma oportunidade estratégica para manter a indústria de óleo e gás competitiva e criar novos empregos de alta qualificação.

Ele pontua que tanto a Noruega como o Brasil têm “um setor offshore muito grande, que gera muitos empregos de alta renda, alta qualificação e inovação”. Segundo Granli, “sem migrar para a eólica offshore, esse setor fica um pouco sem outra perna. Então, é um pouco uma escolha estratégica também de país”.

Fonte: EIXOS – Notícias de Energia e Política

Data: 05/11/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

PACHECO DIZ QUE REFORMA TRIBUTÁRIA SERÁ VOTADA NOS PRIMEIROS DIAS DE DEZEMBRO E PEDE 'COMPROMISSO'

Líderes no Senado vinham pedindo adiamento da votação para o ano que vem. Presidente quer aprovar regulamentação do texto antes do fim de seu mandato

Por Victoria Abel — Brasília



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

frente do Senado.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), pediu aos senadores, deputados e setor produtivo um compromisso para que a regulamentação da Reforma Tributária seja finalizada até o fim do ano. Pacheco quer que o texto que trata das mudanças no sistema de impostos seja aprovado até os primeiros dias de dezembro, antes que termine seu mandato à

Nos últimos dias, líderes de partidos têm procurado o relator da proposta, Eduardo Braga (MDB-AM), na tentativa de negociar um adiamento na análise do texto para o ano que vem.

— Vamos levar, nos primeiros dias de dezembro, a votação tanto na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) quanto no (plenário do) Senado Federal. Agora temos a tarefa do exaurimento da reforma com a sua regulamentação. Faço um apelo a toda a sociedade e ao setor produtivo: tenhamos esse compromisso de finalização da reforma — disse.

O presidente do Senado disse que a reforma está longe do ideal.

— Corrigiremos ao longo do tempo outras discussões que possam ser geradas. O que não podemos permitir é colocar um obstáculo intransponível para a finalização da reforma. Isso seria um retrocesso — disse Pacheco em evento com o setor privado sobre Reforma Tributária, em Brasília.

Alguns senadores ainda demonstraram preocupação com o início da transição da Reforma Tributária, com a alíquota teste de 1% de IVA, no ano de 2026, que será ano de eleições. Líderes têm articulado junto com o relator Eduardo Braga a possibilidade de adiar a transição para janeiro de 2027. A mudança, porém, não seria possível, já que o início da mudança no sistema de impostos em 2026 está prevista na Emenda Constitucional aprovada no ano passado.

PIS, Cofins, IPI, ISS e ICMS serão unificados e darão lugar aos futuros Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que juntos formam o Imposto sobre Valor Agregado (IVA). A partir de 2026, será cobrada uma alíquota teste de 0,1% de IBS e 0,9% de CBS.

Autonomia financeira BC

Rodrigo Pacheco ainda disse que a discussão sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de autonomia financeira do Banco Central deve ser adiada para o ano que vem. Ele destaca que o avanço do texto depende da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mas avalia ser difícil que o tema seja finalizado até dezembro.

— É o presidente da CCJ que define o momento de apreciação. Eu acredito ser difícil esgotar esse tema até o fim do ano — disse.

Galípolo presente

O futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, também compareceu ao evento. O diretor do BC fez um breve discurso, apenas agradeceu o recebimento de um prêmio intitulado “Liberdade Econômica”, dado pelo setor privado. Galípolo não falou com a imprensa, mas conversou brevemente com senadores e representantes do setor privado.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 05/11/2024

HADDAD VOLTA A SE REUNIR COM MINISTROS PARA DISCUTIR CORTE DE GASTOS

Desta vez, titulares da Previdência e Desenvolvimento Social foram chamados
Por Thaís Barcellos, Bernardo Lima, Karolini Bandeira e Sérgio Roxo — Brasília



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em eventos do FMI e do Banco Mundial nos EUA — Foto: Diogo Zacarias/MF

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, está reunido com ministros para discutir o pacote de corte de gastos no Palácio do Planalto. Estava previsto inicialmente um encontro às 16h entre o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e os titulares da Previdência, Carlos Lupi, e do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, para falar sobre o tema.

A reunião, contudo, foi antecipada e conta com o reforço da ministra do Planejamento, Simone Tebet, e da Gestão, Esther Dweck. Também estão presentes os presidentes do INSS, Alessandro Stefanutto, da Dataprev, Rodrigo Assumpção, e do Serpro, Alexandre Gonçalves de Amorim.

Às 16h, está prevista uma reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO). Fazem parte da JEO os chefes da Fazenda, Planejamento, Gestão e Casa Civil, mas nesta terça-feira vão contar com o reforço dos titulares da Educação, Saúde e Trabalho. Ontem, os mesmos ministros no Planalto com Lula para debater medidas para conter o crescimento das despesas públicas. A reunião durou mais de 3h, mas terminou sem anúncios.

O chefe da Fazenda, mais cedo ontem, disse que espera anunciar as medidas nesta semana. Após pedido do presidente, diante da disparada do dólar, o ministro cancelou a viagem que faria à Europa e vai se dedicar à agenda de corte de gastos.

— Como as coisas estão muito adiantadas do ponto de vista técnico eu acredito que nós estejamos prontos esta semana para fazer o anúncio. Penso que nós estamos na reta final — disse Haddad.

De modo geral, a equipe econômica quer enquadrar certas despesas obrigatórias no limite de crescimento de gastos previsto no arcabouço fiscal, de até 2,5% acima da inflação. Uma das questões abordadas na reunião desta segunda-feira foi a regra dos pisos constitucionais de saúde e educação.

Segundo fontes, porém, despesas com Previdência devem ficar fora desse limite. O presidente Lula ainda avalia se o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, entrará nessa conta.

Também está sob análise aumentar de 30% para 60% a parcela do Fundeb que conta para o piso de gastos com educação. Devem entrar no piso emendas parlamentares para o setor e o programa Pé-de-Meia.

A lista de alívio nas despesas obrigatórias também está a desobrigação de execução dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que chegarão a R\$ 10 bilhões em 2025. ProAgro e seguro-defeso também deixariam de ser despesas obrigatórias. Além disso, mudanças no seguro-desemprego e no abono salarial do PIS/Pasep estão sendo considerada.

Há duas semanas, a equipe econômica vem intensificando as discussões sobre o pacote de corte de gastos, depois de sinalizar que ele seria anunciado após as eleições de outubro. Por conta da incerteza quanto às propostas e a própria ida do ministro para a Europa, o dólar encerrou a sexta-feira valendo quase R\$ 5,87, maior patamar desde maio de 2020. No ano, a moeda acumula valorização de 21%.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 05/11/2024

LULA DEIXA MINISTROS DE SOBREVISO PARA NOVA REUNIÃO SOBRE CORTE DE GASTOS, E RUI COSTA VAI RECEBER TITULARES DE ÁREAS SOCIAIS

Ministro da Casa Civil se reúne nesta terça-feira com ministros Carlos Lupi e Wellington Dias
Por Geralda Doca e Jeniffer Gularte — Brasília



Lula e Rui Costa — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deixou ministros de sobreaviso para a possibilidade de uma nova reunião nesta terça-feira sobre corte de gastos. O titulares da Educação, Camilo Santana, e da Saúde, Nísia Trindade, foram avisados que poderão ser chamados ao Palácio do Planalto novamente. Os ministros foram avisados que novas rodadas de conversa sobre suas áreas ocorrerão. Após reunião com Lula nesta segunda, a Fazenda disse que outros ministérios também serão chamados para debate sobre corte de gastos.

A busca por uma costura entre as áreas do governo sobre as medidas envolve também o chefe da Casa Civil, Rui Costa, que se reúne nesta terça-feira com os ministros das áreas sociais. O encontro vai ocorrer com Carlos Lupi (Previdência Social) e Wellington Dias (Desenvolvimento Social). As áreas técnicas também vão participar das discussões.

Em nota, a Casa Civil informou que a reunião será fechada, sem abertura para imagens e falas ao final.

A semana começou com as discussões sobre o corte de gastos, diante da piora nas expectativas, como alta do dólar. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, desistiu de viajar ao exterior para se dedicar ao assunto. Haddad disse que o governo está pronto para anunciar as medidas.

Nessa segunda-feira, Haddad e outros ministros da área econômica se reuniram com Lula. Também participaram do encontro os titulares do Trabalho, Luiz Marinho, da Educação, Camilo Santana, e da Saúde, Nísia Trindade.

O pacote de medidas deve abranger benefícios sociais e os pisos da educação e saúde. O plano do governo é aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para fazer com que as despesas caibam no arcabouço fiscal. A expectativa é que o anúncio ocorra nesta quarta-feira.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 05/11/2024

PETRÓLEO PODE DESBANCAR SOJA E LIDERAR EXPORTAÇÕES NESTE ANO

Presidente da Petrobras, Magda Chambriard, destaca previsão de crescimento nas vendas ao exterior em rede social e alerta para futuro

Por Bruno Rosa — Rio



Navo-plataforma instalado no campo de Itaipu no pré-sal da Bacia de Santos — Foto: Márcia Foletto/Agência O Globo/27-09-2023

As exportações de petróleo podem superar as de soja pela primeira vez neste ano, segundo estimativas da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). Em rede social, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, comemorou a projeção, alertando para a necessidade de ampliação da exploração das reservas no Brasil.

A declaração ocorre após parecer de técnicos do Ibama recomendar a rejeição do pedido da estatal para perfurar um poço na Bacia da Foz do Amazonas, na polêmica Margem Equatorial.

Segundo a AEB, as exportações de petróleo podem somar US\$ 45,5 bilhões, com 96,3 milhões de toneladas, ligeiramente acima da projeção de US\$ 45,3 bilhões para embarques de 96 milhões de toneladas de soja previstos de janeiro a dezembro. No acumulado até a segunda semana de outubro, a soja gerou US\$ 40,2 bilhões em vendas externas, enquanto o petróleo alcançou US\$ 37,6 bilhões.



Magda, ao receber os dados da balança comercial do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), destacou a importância do setor para a economia. “Para quem acha que o país pode abrir mão do petróleo de uma hora para outra, sem prévio planejamento...”, afirmou em postagem.

Magda Chambriard, presidente da Petrobras, comemora projeção de que o país pode exportar mais petróleo do que soja neste ano — Foto: Gabriel de Paiva / Agência O Globo

No domingo, O GLOBO mostrou que a estatal vem ampliando investimentos para perfurar novos poços na Bacia de Campos, que completa 50 anos de descoberta.

Para José Augusto de Castro, presidente da AEB, ao mencionar que o petróleo pode bater a soja pela primeira vez como o item mais exportado pelo Brasil, afirma que houve quebra da safra de soja devido a questões climáticas.

Por outro lado, destaca que a produção de petróleo tem se mantido estável, com pequenas elevações, enquanto o consumo interno de derivados caiu neste ano.

— Houve alta nos preços até julho com a previsão de crescimento da China. Mas, como essa previsão não se concretizou, começamos a ver uma queda nos preços. Agora, com a eleição nos EUA, podemos ver diferentes variações na cotação do petróleo— diz Castro.

Roberto Ardenghy, presidente do IBP, destaca que a produção de petróleo, de 3,4 milhões de barris por dia, pode chegar a 5,2 milhões de barris diários em 2030. Ele projeta que o volume de embarques pode subir de 1,9 milhão de barris diários para 4 milhões de barris ao dia em seis anos:

Novidades: Apple lança novo MacBook Pro com chips M4 e inteligência artificial a partir de R\$ 20 mil — O maior destino das exportações é a China, seguida pelos países da Europa. Neste ano, o petróleo deve superar a soja na balança comercial.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 05/11/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

ANTT CONCEDE FERROVIA PARA O GRUPO CEDRO, MAS MRS VAI À JUSTIÇA PARA GARANTIR DIREITO DE PREFERÊNCIA

Aprovação de construção de trecho de 26,5 km na região de Serra Azul, em Minas Gerais, foi suspensa com liminar obtida enquanto a deliberação ocorria na agência reguladora na manhã de 31 de outubro

Por Ivo Ribeiro

A concessão de um trecho ferroviário de 26,5 km de extensão na região conhecida como Serra Azul, próximo de Belo Horizonte, foi parar na Justiça. O caso envolve a Cedro Participações, a MRS Logística, empresa ferroviária controlada por CSN, Vale, Usiminas e Gerdau, e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A agência reguladora do setor aprovou, na manhã de 31 de outubro, a concessão da linha de curta extensão (conhecida como “shortline”, no jargão do setor) ao

grupo Cedro, que é controlado pelo empresário Lucas Kallas. O pedido de autorização havia sido feito à agência há mais de um ano.

A MRS, como terceira interessada no projeto - pelo fato de se conectar à sua ferrovia que passa na região -, alegou na Justiça que não teve o devido tempo concedido pela ANTT para avaliar e exercer o direito de preferência sobre o projeto, que tem investimento previsto de R\$ 1,5 bilhão. Foi à Justiça e obteve uma liminar na própria manhã da quinta-feira, 31, às 9h48, que lhe garantiu prazo até o dia 7 de novembro, ratificando seu direito. Naquele momento, segundo a MRS, a reunião da ANTT para deliberar sobre a concessão, na agência, ainda não havia terminado.



Ramal ferroviário aprovado pela ANTT se conecta à via principal da MRS em Minas Gerais, chamada Ferrovia do Aço Foto: Fábio Motta/Estadão

Ao mesmo tempo, a diretoria colegiada da ANTT discutia a aprovação da ferrovia em uma reunião que foi marcada para começar às 8 da manhã. O contrato de adesão da Cedro Participações estipulava construção e exploração do ramal ferroviário entre os municípios de Mário Campos e Mateus Leme, pelo prazo de 99 anos, com base na Lei nº 14.273, de 2021, que permite autorização para construir ao invés de licitação.

A MRS, após negativa de uma liminar na primeira instância do tribunal, requereu agravo de instrumento para suspender a reunião da diretoria da ANTT. Segundo o desembargador federal José Amílcar Queiroz Machado, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com base nas alegações da empresa, a agência só disponibilizou os documentos essenciais ao exercício de preferência em 23 de outubro, quando começaria a correr o prazo. A MRS argumentou que o prazo legal era de 15 dias, portanto, até 7 de novembro, o que foi acatado na decisão do desembargador durante um plantão.

Na segunda-feira, 4, em comunicado no fim do dia, a MRS informou ao mercado que no dia 31 de outubro ratificou seu “direito de preferência” em executar o projeto do ramal ferroviário requerido pela Cedro na ANTT e destacou que a “a matéria está sub judice e que seguirá adotando as medidas judiciais cabíveis visando à preservação de seus direitos”.

Procurada, a ANTT informou que “está analisando o teor da decisão (da Justiça) e vai se manifestar perante o tribunal prestando os esclarecimentos”. O vice-presidente Jurídico e Institucional da Cedro Participações, Eduardo Couto, rebateu a alegação da MRS e disse que a ANTT intimou a empresa de logística a manifestar interesse pelo projeto em várias ocasiões nos últimos quatro meses, inicialmente com prazo de 30 dias, e depois mais duas vezes de 15 dias cada uma.

A Cedro, informou Couto, na própria quinta-feira, na sexta-feira e na segunda-feira, já se manifestou no processo, alegando que o mandato de segurança obtido pela MRS perdeu seu efeito, uma vez que foi dado pelo desembargador quando a reunião que aprovou a concessão já havia sido encerrada, por volta das 8h30 do dia 31. “Não tem mais efeito prático, porque teve perda de objeto. Pedi no tribunal o seu arquivamento”, afirmou.

Alvo de disputa judicial, o ramal ferroviário foi requerido pela Cedro na ANTT em meados do segundo semestre de 2023. Pedia a outorga para construir e explorar um trecho localizado na região metropolitana de Belo Horizonte dedicado ao transporte de minério de ferro do complexo mineral Serra Azul. A pequena via férrea tem por objetivo substituir 2,5 mil carretas que transportam diariamente o minério, principalmente pela rodovia BR-381.

Esse trajeto passa ainda pelos municípios de Igarapé e São Joaquim de Bicas. É onde estão as operações de cinco empresas que produzem minério de ferro na região da Serra Azul: ArcelorMittal, Musa, do grupo Usiminas (que faz 12 milhões de toneladas ao ano), Ipê, controlada por Trafigura e Mubadala, e as mineradoras familiares Minerita e Comisa.

Ganhos pessoais e para meio ambiente

Ao ficar pronta, a via férrea vai gerar vários benefícios, para o transporte e para a região, afirmou Kallas, principal acionista e presidente da Cedro, ao Estadão. Ele aponta que vem ocorrendo ao longo dos anos degradações da via e constantes acidentes com veículos que transitam na BR-381. “São mais de 400 vítimas fatais nos últimos anos.” Além disso, destaca, haverá menor geração de emissões de CO2 - cerca de 40 mil toneladas a menos - em relação ao que é emitido diariamente pelos caminhões, que utilizam diesel.

“Shortlines ferroviárias” são comuns nos Estados Unidos, com dedicação ao transporte de cargas específicas em trechos que ficam às margens das grandes ferrovias. O investimento no empreendimento pedido pela Cedro, de R\$ 1,5 bilhão, caiu após ajustes no projeto original que previa R\$ 1,8 bilhão e extensão de 32 km. A capacidade prevista é de transportar 25 milhões de toneladas ao ano de minério de ferro.

Até agora, nem MRS nem as mineradoras que operam na região lançaram uma iniciativa de desenvolver um projeto de “shortline” para fazer a logística do minério extraído pelas cinco empresas - mais de 20 milhões de toneladas por ano. No Quadrilátero Ferrífero, onde estão as reservas do minério, como a Serra Azul, a pequena extração surgiu e cresceu muito há mais de 15 anos, mas carece de logística integrada (mina-ferrovia-porto).

O ramal ferroviário prevê captar minério e levá-lo até a linha principal da MRS, que segue até portos nos Estados do Rio e São Paulo. O minério sairá de pátios das mineradoras até a ferrovia por meio de correias transportadoras automatizadas, informou Kallas. Os 26,5 km de trilhos previstos para cortar os quatro municípios vão circundar as serras da região de Serra Azul no Quadrilátero Ferrífero.

Redução no custo do frete

Segundo o empresário, existe grande apelo dos usuários da BR-381 e da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais (Amig) para reduzir o impacto das carretas que trafegam com minério na região e causam problemas à circulação de veículos leves.

Kallas afirma que o Ramal Ferroviário Serra Azul, nome que deu à ferrovia, beneficia também as mineradoras, pois estima-se redução de até 30% no custo do frete em relação ao que é cobrado pelas carretas, que atingem até R\$ 50 a tonelada. “A ferrovia consegue fazer por R\$ 35, cerca de US\$ 6”, disse.

Segundo o presidente da Cedro Participações, o financiamento para a obra viria de recursos próprios e com o lançamento de debêntures incentivadas para obras de infraestrutura. O grupo também opera a Cedro Mineração, que extrai minério de ferro em outra região de Minas Gerais - em Nova Lima e Mariana. Além de outros negócios.

A partir da aprovação da concessão pela ANTT, seria iniciado o processo de licenciamento nos órgãos ambientais e apresentação do projeto às futuras usuárias, às autoridades de Minas Gerais, bem como às comunidades no entorno da via férrea. No entanto, com o caso na Justiça, todas as previsões relativas à construção da ferrovia ficam indefinidas, podendo o caso se arrastar por longo tempo. Cedro e ANTT vão tentar, até dia 7, derrubar a liminar obtida pela MRS.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 05/11/2024

COM RECEITA DE R\$ 250 MILHÕES, GLOBALFRUIT DOBRA CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO



Indústria de bebidas vai investir R\$ 4,2 milhões na expansão de suas operações
Por Cristiane Barbieri (Broadcast)

Fábrica da Globalfruit: empresa produz, envasa e armazena bebidas não alcoólicas Foto: Reprodução/YouTube

Localizada na Zona da Mata mineira, região que une o produtor de frutas com a indústria que as compra, processa e distribui, a Globalfruit deve ver sua receita aumentar cerca de 28% este ano, atingindo R\$ 250 milhões. Para acompanhar o crescimento, a empresa vai destinar R\$ 4,2 milhões à expansão das operações e a ganhos de eficiência.

Os recursos serão usados na construção de uma câmara fria para dobrar a capacidade de armazenamento. Com isso, serão adicionadas cerca de mil novas posições de paletes, para armazenagem de sucos concentrados, às 1,1 mil já existentes. Segundo Rafael Vaz, co-CEO da Globalfruit, o investimento, que será também usado em uma nova estação de tratamento de efluentes, abre novas oportunidades de negócios.

A Globalfruit produz, envasa e armazena bebidas não alcoólicas, como néctares, refrescos, suco concentrado, água de coco, chás, caldos e outros alimentos prontos para consumo à base de aveia e amêndoa, para terceiros. Entre seus clientes estão Tial, Ambev, Coca-Cola, McDonald's, Maguary e Carrefour.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 05/11/2024

FAZENDA DIZ QUE MAIS MINISTÉRIOS SERÃO CHAMADOS NESTA TERÇA PARA OPINAR SOBRE CORTE DE GASTOS

Reunião de Lula com ministros durou mais de três horas e ocorre em meio à expectativa do anúncio de um pacote de medidas para conter despesas e reequilibrar as contas públicas

Por Giordanna Neves (Broadcast) e Amanda Pupo (Broadcast)

BRASÍLIA - Diante da expectativa do anúncio pelo governo de um pacote de corte de gastos para reequilibrar as contas públicas, o Ministério da Fazenda informou que o quadro fiscal do País e as propostas em discussão pela equipe econômica foram apresentadas e compreendidas na reunião desta segunda-feira, 4, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ministros.

De acordo com a nota divulgada à imprensa, outros ministérios serão convocados nesta terça-feira, 5, pela Casa Civil para participar do debate, sem detalhar quais.



Lula se reuniu com Haddad e outros ministros por mais de três horas para tratar sobre as medidas de revisão de gastos. Foto: Wilton Junior/Estadão

“O Ministério da Fazenda informa que na reunião desta segunda-feira (4), o quadro fiscal do País foi apresentado e compreendido, assim como as propostas em discussão. Nesta terça (5), outros ministérios serão chamados pela Casa Civil para que também possam opinar e contribuir no âmbito das mesmas informações”, diz a nota da pasta.

A reunião desta segunda, convocada em meio à expectativa do anúncio do pacote de contenção de gastos, terminou sem declaração à imprensa.

O encontro começou às 15h30 e terminou por volta das 18h45. Participaram, além de Lula, os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Rui Costa (Casa Civil), Simone Tebet (Planejamento), Esther Dweck (Gestão), Nísia Trindade (Saúde), Luiz Marinho (Trabalho) e Camilo Santana (Educação).

Também estiveram no encontro o secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan; o secretário de Política Econômica, Guilherme Mello; e a secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior.

Mais cedo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse acreditar que ainda nesta semana será possível anunciar as medidas de corte de gastos. De acordo com ele, Lula passou o final de semana trabalhando no assunto.

Haddad viajaria à Europa nesta semana, mas ficou no Brasil justamente para dar andamento ao tema, a pedido de Lula. Questionado se isso daria mais velocidade ao anúncio, Haddad explicou que sua viagem estava dependendo justamente dessa definição, se os anúncios seriam feitos nesta ou na próxima semana. Como “as coisas estão muito adiantadas do ponto de vista técnico”, disse o ministro, a previsão é que o governo esteja pronto para fazer os comunicados nesta semana.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 05/11/2024

QUAL SERÁ O PRIMEIRO PASSO DAS EMPRESAS NO MERCADO REGULADO DE CARBONO? PROJETO PODE SER VOTADO HOJE

Uma das preocupações das empresas é sobre a obrigação, para empresas que estarão sujeitas ao mercado regulado, de ter fazer o inventário de suas emissões de gases de efeito estufa

Por Beatriz Bulla

Governo, Congresso e setor privado querem chegar na Conferência sobre Mudanças Climáticas da ONU (COP) deste ano com o projeto de lei que regula o mercado de carbono aprovado. Para isso, o Senado promete tentar aprovar, nesta terça, 5, o projeto de lei (PL) que cria o sistema e obriga empresas a compensarem suas emissões, já aprovado na Câmara. As duas casas ainda tentam aparar arestas em torno do projeto.

Uma vez aprovado, o texto precisa passar por sanção presidencial, regulamentação e terá um prazo para implementação. Mas já tem gerado preocupação dentro das empresas uma nova obrigação prevista, que tende a ser o primeiro passo para se adaptar à nova realidade: a de fazer o inventário e reportar suas emissões de gases de efeito estufa.

De acordo com o projeto em tramitação, o Brasil terá um sistema de comércio de emissões de gases semelhante ao adotado na União Europeia. Esse sistema se baseia no mecanismo de cap and trade (limite e comércio em inglês), em que são estabelecidas cotas de emissões para os entes regulados (empresas, por exemplo). Quem emitir menos toneladas de CO2 que sua cota pode vender a diferença para quem ultrapassou seu limite.

As empresas que estarão sujeitas ao mercado regulado serão aquelas com emissões de gases de efeito estufa acima de 25 mil toneladas de dióxido de carbono equivalente (CO2eq) por ano. Mas aquelas que poluem menos também precisarão se adaptar: empresas que ultrapassem emissões de 10 mil toneladas de carbono por ano já devem enviar o relatório de emissões e remoções dos gases de efeito estufa (GEE).



Busca por projetos de crédito de carbono tende a crescer após regulamentação do mercado Foto: FILIPE BISPO

“Diversos dos nossos clientes já estão se preparando para o que virá. Empresas com as quais temos contato já têm familiaridade com o mercado de emissões, já sabem o que tem de ser feito. Há diversas empresas que já estão familiarizadas, sabendo que precisarão adaptar algumas informações em razão das peculiaridades do PL. E há outras empresas, mas diria que poucas, que não são nada familiarizadas ainda”, diz a advogada

Paula Mello, sócia do escritório Pinheiro Neto, na área ambiental.

O projeto foi aprovado no Senado e encaminhado à Câmara no ano passado. Em dezembro, deputados fizeram alterações. O texto entrou na pauta do Senado desta terça, 5, após negociações políticas entre governo, deputados e senadores. A intenção do mercado regulado é impulsionar as



empresas a reduzirem suas emissões por meio, em um primeiro momento, do sistema de compensação.

“As empresas estão se preparando, e não só os setores de maior emissão. Temos visto pessoal de logística, rede hoteleira, o próprio agronegócio. É bem diversificado. Mas, invariavelmente, quem está fazendo são as empresas de ponta. Normalmente é quem já faz o dever de casa”, diz Yuri Rugai Marinho, sócio da Econ, empresa que também desenvolve projetos de carbono.

Depois da sanção presidencial, será necessário trabalhar na regulamentação da lei. Na fase de implementação, as empresas terão apenas de reportar suas emissões, não sendo obrigadas a limitá-las.

“O PL também prevê um cronograma de implementação gradual do sistema, de maneira a possibilitar uma curva de aprendizado das empresas ao se adaptarem à nova legislação”, diz Viviane Romeiro, Diretora de Clima, Energia e Finanças Sustentáveis do Centro Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável (Cebds).

Estrutura de fiscalização

Será um desafio também para o poder público criar uma estrutura para fiscalizar e analisar as informações prestadas pelas empresas. “O maior desafio é aparelhar a estrutura estatal não só para os inventários públicos e fazer cálculos e estimativas confiáveis, mas também para fiscalizar. O PL será uma lei muito intensiva em obrigações, e esses órgãos não poderão ser demorados, não poderão levar o tempo que alguns órgãos ambientais levam para emitir licenças”, diz André Vivan, também sócio do Pinheiro Neto na área ambiental. Na leitura do advogado, o órgão responsável por analisar as emissões precisará ter um funcionamento parecido com o da Receita Federal.

“Nós estamos falando de milhões de inventários. Todo ano. Então, tem de ter tecnologia. Não dá pra ser PDF, não dá pra ser um relatório digitado”, diz Yuri Rugai, da Econ.

Segundo Vivan, a tendência, no caso das empresas poluentes acima de 25 mil toneladas de CO2 equivalente por ano, é de que isso atinja indústrias de grande porte, e não apenas unidades que não façam uso intensivo de combustível fóssil.

Entre os grandes grupos, o inventário já é uma realidade. A maioria das empresas que compõem a rede do Cebds, por exemplo, já realiza inventários das emissões de carbono. Só 10% das associadas ao grupo não fazem esse processo atualmente. O Cebds reúne 111 grandes empresas, com faturamento somado que equivale a cerca de 50% do PIB brasileiro.

“Um exemplo de iniciativa que tem auxiliado o setor nessa jornada é o Programa Brasileiro GHG Protocol, desenvolvido pela FGVces e WRI, em parceria com o Cebds e o Ministério do Meio Ambiente, que visa a estimular e qualificar o desenvolvimento de inventários de emissões de GEE de empresas brasileiras”, diz Viviane Romeiro, do Cebds. O programa possui mais de 800 inventários em seu Registro Público de Emissões.

O número ainda é baixo perto do universo de empresas que devem precisar passar a fazer esse inventário, segundo Felipe Viana, diretor comercial da empresa Carbonext. “Tem algumas empresas que têm pedido aos fornecedores o inventário de gás de efeito estufa. Mas isso não é regulado, então eu posso querer ou não querer fazer e não tem problema. Agora, a hora que tem um governo que vira e fala ‘todas as empresas que têm emissão acima de 10 mil serão obrigadas a reportar’ e eu não sei quanto que é a minha emissão, será preciso pagar uma consultoria pra fazer esse processo”, diz Viana. “Existe uma geração de demanda para a cadeia de sustentabilidade enorme que nasce com o PL.”

Ele pondera que, hoje, se cerca de 800 empresas no País fazem e compartilham o inventário, de um universo de 21 milhões de empresas no País, o mercado tende a crescer após a aprovação do PL. “Supondo descartar dois terços desses 20 milhões, estamos falando ainda de 7 milhões de empresas”, diz Viana. “Não há braço no Brasil para fazer a cadeia de descarbonização hoje como

tem de ser feita. Existe uma geração de demanda para consultorias dentro de jornadas de descarbonização, começando com inventários”, diz.

Já Yuri Rugai, da Eccon, afirma que não há como estimar, inicialmente, o número de empresas que não fazem esse inventário e precisam se adaptar. Ele afirma, no entanto, que a procura pelo serviço tem crescido.

Vivan, do Pinheiro Neto, afirma que há setores que podem ser liberados da obrigação, se o governo entender que, dentro de um panorama nacional, a cobrança representar mais ônus do que bônus de redução de emissões. Segundo ele, isso se dá porque a maior fonte de emissões no Brasil não vem da indústria, mas das mudanças no uso do solo - associadas ao desmatamento. “Não está totalmente claro quem vai estar sujeito a essas regulamentações ainda”, diz.

Paula Mello, do Pinheiro Neto, diz que muitas empresas já estão familiarizadas com o assunto pois já entraram no mercado voluntário de carbono. “Acho difícil hoje achar empresas que não estejam familiarizadas com o assunto”, diz. “Talvez empresas de pequeno porte, uma ou outra de médio porte, mas não é um assunto totalmente novo que está pegando as pessoas de surpresa.”

Incerteza regulatória

Um estudo entre as empresas associadas ao Cebds mostrou que o principal desafio apontado pelas empresas, na jornada de descarbonização, é a incerteza regulatória. “Além disso, o segundo desafio mais citado foi o engajamento de suas cadeias de valor, cujas emissões compõem o chamado ‘Escopo 3’. O reporte eficaz de emissões indiretas, oriundas de cadeias de valor, ainda é um desafio relevante para grande parte das empresas brasileiras”, diz Viviane Romeiro. Este escopo de emissões, no entanto, não estará abarcado pelo chamado mercado regulado.

O mesmo levantamento mostra que outros desafios relacionados ao processo de construção do inventário e reporte de emissões são a falta de mão de obra capacitada dentro da companhia, a falta de padronização de dados provenientes dos fornecedores (emissões do escopo 3), a falta de precisão dos dados e a falta de sistematização e processos estruturados e amplamente comunicados de coleta de dados dentro da companhia.



O proprietário da empresa Eccon Yuri Rugai Marinho. Foto: Taba Benedicto/Estadão Foto: Taba Benedicto/Estadão

“O principal desafio hoje é operacional. Temos o desafio metodológico, mas usamos o GHG protocolo, a maioria usa, já faz há alguns anos. Onde a dor é maior? Imagine pegar uma empresa inteira, com todos os seus funcionários, todos os recibos, todos os destinos, transformar isso em gasolina, diesel, querosene de aviação, álcool. São milhões de arquivos, documentos. E quando você começa a fazer estimativas, arredondamentos, a margem de erro cresce e já não fica mais um dado confiável”, diz Rugai. “Uma eficiência maior no trato dos dados é muito desejada.”

A criação desse mercado foi prevista em 2009 pela Lei da Política Nacional sobre Mudança do Clima. Apesar de a lei não estabelecer um prazo para a criação do mercado, ela já dava diretrizes para isso.

Por mais de cinco anos, no entanto, pouca coisa foi feita no Brasil, e as discussões em torno de um mercado regulado só começaram a ganhar tração com o Acordo de Paris, em 2015, e conforme a crise climática foi se agravando. No ano passado, a questão finalmente virou prioridade no governo federal, mas a aprovação do projeto de lei esbarrou em impasses políticos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 05/11/2024



CORTE DE GASTOS: O QUE É ARCABOUÇO FISCAL? ENTENDA

Nova regra que substituiu o teto de gastos está prestes a completar um ano
Por Clayton Freitas

A equipe econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva está estudando um pacote de contenção dos gastos públicos que ajude a melhorar as expectativas do mercado para os juros e para a inflação. A medida visa proteger o arcabouço fiscal, conjunto de regras e limites estabelecidos para gerenciar as receitas e despesas do governo, com o objetivo de manter a saúde financeira do País.

O arcabouço fiscal funciona como uma espécie de guia para garantir que o governo não gaste mais do que arrecada e possa pagar suas dívidas, com o objetivo de promover a estabilidade econômica e condições para o crescimento socioeconômico. Entenda, a seguir, como ele funciona.

O que é o arcabouço fiscal?

Criado pela lei complementar de número 200, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 31 de agosto de 2023, o arcabouço fiscal é a principal medida fiscal para tentar equilibrar as contas públicas. Dividida em 15 artigos, a lei veio para substituir o teto de gastos, criado no governo do ex-presidente Michel Temer.

“Ele (arcabouço fiscal) serve para trazer previsibilidade e transparência às finanças do País, fortalecendo a confiança de credores, investidores e outros agentes econômicos. Um arcabouço fiscal sólido contribui para a estabilidade econômica, podendo facilitar a redução da taxa de juros (Selic) no futuro, o que estimula a atividade produtiva ao tornar o crédito mais acessível”, explica Luísa Macário, advogada tributarista no Grupo Nimbus.

Luísa lembra que, historicamente, o Brasil adotou diferentes mecanismos para controlar os gastos públicos. Em 2016, durante o governo do presidente Michel Temer, foi instituído o teto de gastos, uma emenda constitucional que limitava o crescimento das despesas públicas à inflação do ano anterior. Essa medida tinha o objetivo de conter o avanço da dívida pública e restabelecer a confiança na economia brasileira.

“Esse novo marco (arcabouço fiscal) estabelece regras que permitem que as despesas cresçam em proporção ao aumento das receitas, dentro de limites predefinidos. A ideia é equilibrar a necessidade de responsabilidade fiscal com a demanda por investimentos em áreas essenciais como saúde, educação e infraestrutura”, explica a advogada.

“O arcabouço visa garantir a sustentabilidade fiscal a longo prazo, sendo fundamental para manter a confiança dos investidores e criar condições favoráveis para a redução das taxas de juros, estimulando a economia e gerando emprego e renda”, complementa.

A regra se aplica ao que o governo arrecada (receitas) e gasta (despesas) do orçamentos fiscal e da seguridade social da União, excluindo os pagamentos de juros da dívida pública.

O novo arcabouço fiscal também prevê um controle mais flexível e sustentável sobre o endividamento público. Ao contrário do modelo anterior, que impunha um limite rígido aos gastos, o novo regime vincula a expansão das despesas do governo ao cumprimento de metas de resultado primário, com o objetivo de conter o endividamento e criar um ambiente propício à redução de juros e ao crescimento econômico.

Entre as justificativas para a criação do novo arcabouço fiscal estavam as limitações impostas pelo teto de gastos. Instituído para controlar as despesas públicas, o teto se mostrou insuficiente para atender às demandas por políticas públicas essenciais e para acompanhar o crescimento de despesas obrigatórias, como os benefícios previdenciários.



Com o passar dos anos, observou-se que as despesas obrigatórias consumiam uma parcela cada vez maior do Orçamento, limitando severamente a capacidade do governo de investir em novas obras e serviços, por exemplo.

Como funciona o arcabouço fiscal?

O arcabouço prevê que o crescimento dos gastos no ano será limitado a 70% do crescimento real das receitas (ou seja, da arrecadação do governo com impostos e transferências) no ano anterior. A lógica da regra é que as despesas cresçam menos do que as receitas.

As despesas seguem outro parâmetro. Terão um crescimento real (acima da inflação) de 0,6% a 2,5% ao ano. Assim, o governo terá tanto um piso como um limite máximo para as despesas. Os investimentos, por sua vez, têm um piso, e serão corrigidos, no mínimo, pela inflação.

O novo arcabouço fiscal também alterou o formato da meta de resultado primário (arrecadação menos despesas, sem levar em conta o pagamento de juros) das contas públicas, que agora terão uma banda (intervalo de tolerância). O limite de tolerância é de 0,25 ponto porcentual para mais ou para menos.

Se o limite da meta de superávit primário for ultrapassado, o excedente arrecadado será direcionado para investimentos públicos. Se o piso da meta não for atingido, as despesas poderão crescer apenas 50% do crescimento da receita (e não mais os 70% originais).

Descumprir a meta de resultado primário não configura infração à lei como crime de responsabilidade – como o que levou ao impeachment de Dilma Rousseff em 2016, devido às pedaladas fiscais. Contudo, em caso de descumprimento, o presidente da República deverá enviar uma mensagem ao Congresso, com as razões para não ter atingido o alvo e as medidas de correção.

Gatilhos

A lei prevê regras que limitam os gastos do governo (limite de 95%) se ele não atingir suas metas financeiras ou se os gastos obrigatórios, como salários e benefícios, no caso de serem muito altos. No primeiro ano, se o governo não cumprir a meta, não pode criar cargos, mudar carreiras, aumentar auxílios ou benefícios fiscais.

No segundo ano, além dessas restrições, também não pode aumentar salários de funcionários ou fazer concursos, a não ser que seja para substituir alguém que pediu demissão.

Contingenciamento

O governo pode continuar bloqueando dinheiro quando necessário (chamado tecnicamente de contingenciamento) e é obrigado a checar as contas a cada dois meses. Se precisar, bloqueará mais dinheiro, embora tenha um limite mínimo de gastos que não pode cortar. Não cumprir a meta de economia não é crime, mas o governo tem que provar que fez o bloqueio necessário, respeitando o limite de gastos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 05/11/2024



VALOR ECONÔMICO (SP)

INCERTEZAS NA CHINA DEVEM TRAZER PEQUENA QUEDA NOS PREÇOS DA CELULOSE DE FIBRA CURTE NO 4º TRI, DIZ KLABIN

Na celulose de fibra longa, por sua vez, a companhia ainda enxerga uma instabilidade de preços, prevendo uma pequena queda no quarto trimestre, mas com expectativa de aumento a partir do ano que vem

Por Helena Benfica, Valor — São Paulo



Cristiano Teixeira, diretor-geral da Klabin — Foto: Gabriel Reis/Valor

As incertezas com relação aos estoques de celulose na China devem resultar em uma pequena queda no preço médio da celulose de fibra curta no quarto trimestre, em relação ao período anterior, disse Cristiano Teixeira, diretor-geral da Klabin, em teleconferência com analistas na manhã desta terça-feira (5).

Na celulose de fibra longa, por sua vez, a companhia ainda enxerga uma instabilidade de preços, prevendo uma pequena queda no quarto trimestre, mas com expectativa de aumento a partir do ano que vem.

Além disso, com os fechamentos de capacidades anunciados para o ano que vem, especialmente nos Estados Unidos, a Klabin prevê uma demanda incremental nesse segmento. “Estamos atentos e temos nos preparados no Estado de Santa Catarina para futuros investimentos, mas isso não muda nossa trajetória de desalavancagem no momento”, disse Teixeira.

Em cartões, o momento é positivo, com destaque para um momento mais favorável de preços no mercado interno. A divisão de kraftliner, por sua vez, vem de recuperação, o que tem refletido em melhores volumes de exportação.

Teixeira ressaltou que o mês de outubro foi muito forte para papel ondulado, com a demanda surpreendendo o mercado, e tudo indica que novembro seguirá a mesma toada.

“Quando o Brasil cresce por renda, o mercado de papel ondulado avança em média 1 ponto percentual acima do PIB”, disse Douglas Dalmasi, diretor de embalagens da Klabin.

Considerando que a estimativa de crescimento desse indicador no ano que vem está na ordem de 2,5%, “esperamos crescer próximo desse nível, alinhado com o mercado”, afirmou Dalmasi.

Desafios geopolíticos e logísticos

Os problemas geopolíticos e logísticos que vêm afetando tanto as operações de contêineres nos portos do sul e sudeste do Brasil quanto a navegação em rotas marítimas importantes, e impactaram os resultados da Klabin no terceiro trimestre, devem persistir nos próximos meses.

Essa afirmação foi feita por Roberto Bisogni, diretor de logística da Klabin, durante a teleconferência. Segundo o executivo, a empresa sentiu uma pequena melhora ao final de setembro, “mas ainda não temos a perspectiva de fim dessa situação no curto prazo”.

Em âmbito global, Bisogni explica que as guerras na região do Mar Vermelho, somadas à crise hídrica no canal do Panamá, têm gerado um tempo de transporte maior dos navios. “Isso tem ocupado muito a frota e gerado um atraso nas escalas praticamente em todo o mundo”, afirmou.

No cenário interno, o problema está relacionado à falta de espaço nos terminais de contêineres dos portos brasileiros. “O Brasil tem tido uma performance grande em contêineres, ao mesmo tempo em que há uma limitação de capacidade importante”, disse Bisogni.

“Essa combinação de maior demanda com menor capacidade tem causado uma restrição grande nos embarques no país”, disse.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 05/11/2024



GOVERNO QUER MAIS CAPITAL PRIVADO NAS CONCESSÕES

Por Valor.Globo - SP

Mas para atrair esses investidores mais exigentes, não basta um cardápio de projetos atraentes e com potencial de retorno, especialmente em momento de juros em alta

Sob pressão do novo regime fiscal e sem recursos públicos disponíveis, o governo deixou em segundo plano a ideologia e procura capital privado para os projetos de concessão de infraestrutura, muitos dos quais parados há anos, para atender a população e os projetos econômicos.

Com os recursos consumidos em sua maior parte pelas despesas obrigatórias, o Brasil vem investindo bem menos do que os 4% a 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB) necessários não só para repor a depreciação dos ativos de infraestrutura existentes, como também para ampliar o estoque para acompanhar a demanda e estimular a própria expansão da economia. De acordo com estudo da consultoria Inter.B feito para o Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada - Infraestrutura (Sinicon), esse investimento tem ficado abaixo de 2% do PIB. Para dobrá-los será imprescindível a participação do setor privado, diante das restrições fiscais do setor público.

O estoque brasileiro de ativos de infraestrutura tem em média de 30 a 40 anos. A maior defasagem, de acordo com a Inter.B, está exatamente no setor de transportes. Desde o início do século, em 2001 até este ano, o investimento médio anual em percentual do PIB realizado em transportes tem ficado em pouco mais de um terço do necessário. Em seguida está o saneamento, onde os investimentos ficaram em pouco mais de 40% do imprescindível. Nas telecomunicações, setor privatizado, há defasagem também, mas menor, com os investimentos em 72% do necessário.

Diante desses números, o Ministério dos Transportes vem se esforçando para atrair o investidor. Os recursos privados representaram 49% dos investimentos em ferrovias e rodovias no ano passado. A intenção é chegar a 75% no fim do atual mandato do presidente Lula e a 78% no fim de um eventual quarto mandato, em 2030.

Para atrair o investidor, há um cardápio de concessões de 35 rodovias, objetivando captar US\$ 41,9 bilhões, e de cinco ferrovias, com aportes previstos de US\$ 13,5 bilhões. Se todos os leilões de concessões forem bem-sucedidos, a injeção anual de recursos no setor dobraria de US\$ 5,2 bilhões em 2023 para US\$ 11 bilhões em 2030, elevando o investimento privado a 78% do total.

Este ano marca uma virada nesse projeto. O Ministério dos Transportes estima que o investimento privado vai superar o público no setor, atingindo 65%. Cinco leilões de rodovias já foram realizados e, somando o único ocorrido em 2023, chega-se ao total de seis, o mesmo número de todo o governo passado. Mais cinco estão previstos totalizando 11 em dois anos. O mais recente foi a Rota do Zebu, que vai de Uberaba a Betim (MG), vencido pela Kinea. Pouco mais de um mês antes foi leiloada a Rota dos Cristais (GO), cuja concessão foi arrematada pela Vinci Highways, a primeira empresa estrangeira a concorrer em seis anos.

Mais quatro leilões de concessões de rodovias sob a organização federal estão previstos ainda neste ano. São a Rota da Celulose, em parceria com Mato Grosso do Sul, a Rota Verde, em conjunto com Goiás, e os lotes 3 e 6 de rodovias do Paraná. Há ainda a licitação da Ponte Binacional São Borja-Santo Tomé, que liga o Brasil à Argentina.

No primeiro semestre de 2025 deverão ser realizados outros seis leilões de rodovias. O primeiro será a relicitação da Concer, no trecho da BR-040 entre Juiz de Fora e Rio de Janeiro. Em seguida vêm os leilões da Rota Agro Norte, em Rondônia; a Rota Agro, entre Mato Grosso e Goiás; a Rota Agro Central entre Rondônia e Mato Grosso; e os Lotes 4 e 5 do Paraná. O Ministério também estuda um plano nacional de ferrovias de R\$ 20 bilhões, com a ressalva de que os projetos ainda dependem de recursos que virão das renegociações com as operadoras ferroviárias que firmaram renovação antecipada no governo passado, além de outras prorrogações em pauta.

A participação dos fundos de investimento tem marcado a fase atual das concessões de rodovias. Nem sempre foi assim. No início do século, as protagonistas eram as grandes construtoras, e a concorrência era grande. Em média, oito empresas participavam de cada disputa até 2014. A Operação Lava Jato afastou as construtoras. Nas 13 outorgas de rodovias realizadas entre 2015 e 2024, havia 2,5 participantes em média, e os principais players eram as concessionárias. Mais recentemente chegaram os participantes do mercado financeiro, gestoras de fundos de investimentos, muitas vezes em parceria com as construtoras e concessionárias. Na rodada de concessões federais e estaduais da semana passada, havia investidores internacionais e novos players nas disputas.

Para atrair esses investidores mais exigentes, não basta um cardápio de projetos atraentes e com potencial de retorno, especialmente em momento de juros em alta. Um avanço institucional positivo ocorreu com os ajustes na Lei de Licitações, com a preocupação ambiental e com o marco regulatório das garantias e compartilhamento de riscos. Mas é preciso também oferecer segurança jurídica, com estabilidade e previsibilidade de regras, e reforçar o papel das agências reguladoras, que estão em xeque neste momento. O ajuste fiscal é vital para atrair o investidor privado, em especial o estrangeiro, assegurando estabilidade econômica e ambiente propício aos investimentos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 05/11/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

ANTAQ AUTORIZA TERCEIRIZAÇÃO E LOCAÇÃO EM TUPS

Por Lorena Parrilha Teixeira Portos e logística 05/11/2024 - 17:41



Regulamentação permite maior flexibilidade aos terminais de uso privado, desde que se mantenha responsabilidade regulatória junto à agência reguladora. ATP recomenda que titular faça acompanhamento rigoroso das atividades para garantir cumprimento de obrigações exigidas pela autarquia

A diretoria colegiada da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) autorizou a terceirização de operações e a locação de áreas dos terminais de uso privado (TUPs) para terceiros. A decisão, alinhada com demandas do setor portuário, oferece aos terminais mais flexibilidade na gestão de suas operações, desde que o titular da outorga mantenha a responsabilidade integral perante à Antaq e às autoridades competentes e que não ocorra desvio no objetivo da concessão. As empresas autorizadas deverão enviar cópias dos contratos de prestação de serviços e locação à agência no prazo de 30 dias após a celebração.

A agência reguladora estabeleceu que os contratos privados dessa natureza devem assegurar a preservação da competência da dela para intervir e tomar medidas sempre que necessário. Não podem existir cláusulas que impeçam a operação portuária por terceiros, e a responsabilidade regulatória continua sendo exclusivamente do titular da outorga.

A Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) destacou a importância da regulamentação, afirmando que ela acompanha o movimento de parcerias do setor portuário. A ATP salientou à Portos e Navios que essa medida é coerente com a modernização e a globalização, que incentivam a otimização dos espaços nos TUPs e permitem uma movimentação diversificada de cargas, o que pode beneficiar a operação portuária e o desenvolvimento econômico do país.

Operacional e financeiramente, a possibilidade de parcerias nos TUPs representa um avanço ao possibilitar que os terminais busquem parceiros comerciais e maximizem o uso dos espaços. A associação apontou que esse modelo permite uma maior adaptação às demandas de cargas variadas, contribuindo para o aumento no volume e para a diversidade das operações portuárias.

A responsabilidade integral do titular da outorga, porém, permanece inalterada, o que exige cuidado na gestão dos contratos de terceirização e locação. A ATP observa que, embora a locação e a terceirização possam ampliar as operações, é necessário que o titular realize o acompanhamento rigoroso das atividades, mantendo a conformidade regulatória e as obrigações junto à Antaq.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 05/11/2024

HIDRELÉTRICA DE ITATINGA CONQUISTA LICENÇA DE REGULARIZAÇÃO

Da Redação Portos e logística 05/11/2024 - 17:18



Após 114 anos de funcionamento, a usina hidrelétrica de Itatinga, localizada em Bertioga (SP), obteve sua licença ambiental de operação de regularização, emitida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e agora concedida à Autoridade Portuária de Santos (APS). A licença tem validade de 10 anos, com exigência de renovação a ser solicitada 120 dias antes do vencimento.

Inaugurada no início do século 1920, a usina possui cinco unidades geradoras com uma potência instalada de 15 megawatts (MW) e é responsável por abastecer a sede da APS e alguns terminais portuários na margem direita do Porto de Santos. Entre as condições impostas pela Cetesb estão exigências de operação, segurança e monitoramento ambiental, incluindo conservação de fauna e controle de erosão.

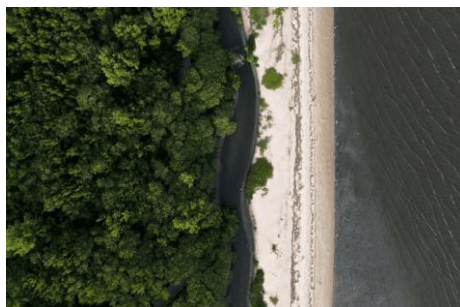
A APS também abriu um chamamento público para avaliar propostas de parceria público-privada (PPP) visando modernizar a usina, ampliar sua capacidade de geração e explorar alternativas de sustentabilidade, como a produção de hidrogênio verde. Segundo o presidente da APS, Anderson Pomini, a licença traz segurança jurídica para futuros projetos e reforça o pioneirismo histórico da usina, a única de propriedade de um porto no mundo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 05/11/2024

BNDES LANÇA EDITAL PARA PLANEJAMENTO ESPACIAL MARÍTIMO DA REGIÃO NORTE

Da Redação Navegação 05/11/2024 - 16:55



O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou um edital para selecionar um parceiro executor do Planejamento Espacial Marítimo (PEM) da região marinha e costeira do Norte do Brasil, abrangendo áreas dos estados do Pará, Amapá e Maranhão. O estudo contará com até R\$ 13,3 milhões em recursos não reembolsáveis do Fundo de Estruturação de Projetos do BNDES (BNDES FEP) e deverá ser realizado em até 36 meses.

A área, que cobre aproximadamente 1 milhão de km², abriga 80% dos manguezais brasileiros, ecossistemas importantes para a biodiversidade e o balanço de CO₂. Além dos manguezais, a região possui recifes, corais e áreas de pesca, e é utilizada por setores como navegação, turismo e pesca. O PEM buscará ordenar os usos e atividades marinhas da região, identificando déficits de investimento e conciliando desenvolvimento econômico com preservação ambiental.

O BNDES já financia estudos semelhantes em outras regiões do país. Em fevereiro de 2024, teve início o PEM na região Sul, com um investimento de R\$ 7 milhões e execução pela empresa Codex Remote. Para a região Sudeste, foram destinados R\$ 12 milhões ao consórcio “Sudeste Azul”, formado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Environpact Sustentabilidade. No Nordeste, o estudo é financiado pelo GEF Mar e executado pela Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura (Funpec), ligada à UFRN.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 05/11/2024

CHEVRON MARINE LUBRICANTS EXPANDE FORNECIMENTO PARA ÁFRICA DO SUL

Da Redação Portos e logística 05/11/2024 - 16:50



A Chevron Marine Lubricants, subsidiária da Chevron Corporation, expandiu sua rede de fornecimento global para incluir Port Elizabeth, na África do Sul. Esta expansão amplia a capacidade da empresa de atender embarcações que optam por rotas mais longas, evitando áreas de conflito, e adiciona um ponto estratégico à rede de distribuição da Chevron na região sul do continente africano.

A iniciativa foi realizada em colaboração com parceiros locais, o que reforça a capacidade da Chevron de garantir um fornecimento confiável para seus clientes. Com a disponibilidade de lubrificantes em Port Elizabeth, a empresa aprimora a oferta de sua linha de produtos, que inclui a linha Taro Ultra, voltada para motores marítimos.

O porto de Elizabeth opera 363 dias por ano e possui instalações para carga de granéis, contêineres e carga líquida. Antes de 2023, o porto recebia uma média de 1.050 navios em períodos de 36 meses. Desde outubro de 2023, houve um aumento nas passagens de transportadores de veículos, com mais navios sendo redirecionados pelo Cabo da Boa Esperança.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 05/11/2024

DROSI MARINE: TRANSFORMANDO A GESTÃO MARÍTIMA COM EXPERTISE E EFICIÊNCIA

Da Redação Empresas e negócios 04/11/2024 - 21:00



A DROSI Marine é uma empresa brasileira especializada em consultoria, treinamento e suporte operacional no setor marítimo. Combinando vasta experiência e um profundo conhecimento das exigências da indústria, nossa missão é oferecer soluções personalizadas que otimizam a eficiência, a segurança e a saúde financeira de nossos clientes. Nosso trabalho é guiado pela crença de que, para alcançar resultados sustentáveis, é fundamental investir em treinamento contínuo, desenvolvimento de KPIs e práticas de gestão bem estruturadas.

Consultoria e Suporte Operacional de Alto Nível

Na DROSI Marine, entendemos que cada empresa marítima possui desafios únicos. Por isso, nosso suporte operacional é ajustado para atender às necessidades específicas de cada cliente, garantindo que suas embarcações e operações estejam sempre em conformidade com as regulamentações internacionais e nacionais. Nossa equipe de consultores altamente qualificados realiza análises detalhadas e desenvolve planos estratégicos de manutenção e operação, permitindo que as empresas se concentrem em suas operações principais enquanto nos ocupamos da gestão eficiente de frotas e processos.

Treinamento de Alta Performance e Desenvolvimento de KPIs



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 123/2024
Página 43 de 43
Data: 05/11/2024
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Acreditamos que profissionais bem treinados e motivados são essenciais para a segurança e o sucesso de qualquer operação marítima. Nossos programas de treinamento são personalizados e abrangem desde o desenvolvimento técnico até a capacitação em habilidades de liderança. Utilizamos metodologias práticas e visuais, como o Power BI, para o desenvolvimento de KPIs que auxiliam na análise de dados operacionais e na tomada de decisões estratégicas. Com esses indicadores, os gestores têm acesso a informações detalhadas sobre eficiência, custos e desempenho, facilitando ações que impulsionam o sucesso a longo prazo.

Serviços de Conformidade e Manutenção Planejada

Além do treinamento e da consultoria, oferecemos um robusto serviço de inspeções e conformidade para assegurar que as operações estejam em total acordo com as normas ambientais e de segurança. Realizamos desde inspeções detalhadas até o planejamento e acompanhamento de docagens e pequenos reparos, mantendo as embarcações sempre preparadas para operar com segurança e eficiência. Nossa abordagem proativa na manutenção ajuda a prevenir paradas inesperadas e a reduzir os custos operacionais, maximizando o retorno sobre os ativos da empresa.

Uma Parceria para o Sucesso no Setor Marítimo

Na DROSI Marine, estamos prontos para ser o parceiro estratégico que sua empresa precisa para crescer de forma sólida e sustentável. Nosso compromisso com a inovação, a eficiência e a segurança nos diferenciam no mercado, e nosso portfólio de serviços foi desenvolvido para oferecer soluções completas e integradas. Seja para otimizar processos, reduzir custos ou capacitar equipes, nossa experiência e nosso compromisso com a excelência fazem da DROSI Marine uma referência em gestão marítima.

Entre em contato conosco e descubra como podemos levar sua empresa a novos patamares de desempenho e sucesso no competitivo mercado marítimo - email ou LinkedIn.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/11/2024



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 05/11/2024